



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

“Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião realizada em 27 de maio de 2014, às 10 horas e 31 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital Rêgo** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Humberto Costa, Antônio Carlos Rodrigues, Aníbal Diniz**. Deixaram de comparecer os Senadores: **João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Acir Gurgacz e Gim Argello**. Na oportunidade, foi realizada oitiva de Maria das Graças Silva Foster, Presidente da Petrobras. Apreciaram-se, ainda, os seguintes requerimentos nº:

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
76 / 2014	15/05/2014	Requer seja convocado o senhor Altamiro da Motta Ferreira Filho, Gerente de Implementação de Empreendimentos de Unidades Estacionárias de Produção, para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Nº	DATA DE APRESENTAÇÃO	EMENTA	AUTORIA	SITUAÇÃO
77 / 2014	21/05/2014	Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia da "Operação Lava Jato".	Sen. Humberto Costa	Aprovado
78 / 2014	21/05/2014	Requer à 13ª Vara Federal de Curitiba cópia da "Operação Lava Jato".	Sen. Humberto Costa	Aprovado
79 / 2014	21/05/2014	Requer seja convocado o Senhor Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras.	Sen. Humberto Costa	Aprovado
80 / 2014	21/05/2014	Requer ao STJ cópia de processos que tratam da troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol YPF, relativamente à refinaria de Bahia Blanca.	Sen. Anibal Diniz	Aprovado

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de informar acerca de correspondência recebida de parte do Dr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, encaminhada ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito e ao Relator, respectivamente, Senadores Vital do Rêgo e José Pimentel.

Ex^{mos} Sr^s. Senadores, eu José Gabrielli de Azevedo, através do presente, gostaria de retificar a declaração prestada por mim, no dia 20/05/2014, na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, no que se refere ao seguinte trecho:

"É esta empresa que discute os aditivos. Os aditivos não chegam à Diretoria da Petrobras. Portanto, nós não temos como falar sobre aditivos, porque eles não chegavam à Mesa Diretora da Petrobras, porque eles estavam resolvidos no âmbito da RNEST.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Dado o tempo que já decorreu desde a minha saída da companhia, em fevereiro de 2012, até hoje, aliado ao expressivo número de perguntas que me foram feitas na CPI e a variedade dos assuntos, é preciso detalhar e esclarecer a declaração acima.

Conforme os termos de governança da Petrobras, os aditivos e contratos da RNEST passavam pela análise e aprovação de vários órgãos da empresa, antes de serem encaminhados à Refinaria Abreu e Lima S/A. Alguns, em razão de valor ou da matéria, eram submetidos à diretoria executiva da Petrobras. Os demais aditivos eram analisados e aprovados por outras autoridades da Petrobras, nos seus limites de competência. Todos, no entanto, eram de responsabilidade executiva da refinaria.

*Certo de sua compreensão,
Atenciosamente,
José Sérgio Gabrielli de Azevedo.*

Esse é o informe.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação as Atas das 3ª e 4ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Havendo quórum, passaremos primeiro à deliberação dos requerimentos.

Votaremos, em bloco, os requerimentos de convocação.

Antes, informando aos senhores que já se encontra presente a Presidenta da Petrobras, Drª Graça Foster. E, ao final da deliberação dos requerimentos, vamos ter o prazer de ouvir S. Sª.

REQUERIMENTO Nº 76, de 2014

Requer seja convocado o senhor Altamiro da Motta Ferreira Filho, Gerente de Implementação de Empreendimentos de Unidades Estacionárias de Produção, para prestar esclarecimentos sobre a segurança nas plataformas.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Tem a palavra o Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É favorável.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que o aprova queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

REQUERIMENTO Nº 79, de 2014

Requer seja convocado o Senhor Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Autoria: Senador Humberto Costa

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É favorável.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que o aprova queiram permanecer sentados.

(*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria é consensual.

REQUERIMENTO Nº 80, de 2014

Requer ao STJ cópia de processos que tratam da troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol YPF, relativamente à refinaria de Bahía Blanca.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Com a palavra o Senador Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que o aprova queiram permanecer sentados.

(*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por unanimidade.

REQUERIMENTO Nº 77, de 2014

Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia da "Operação Lava-Jato" [repito: toda a documentação da Operação Lava-Jato].

Autoria: Senador Humberto Costa

Esta votação, pela sua complexidade regimental, determinar-se-á votação nominal.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Vamos chamar na tela, uma inovação agora da Secretaria da Comissão.

Sr. Senador Valdir Raupp, como V. Ex^a vota?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O voto do Relator é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O encaminhamento do voto do Relator é favorável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – "Sim".

Sr. Senador Vice-Presidente, Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR - SP) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – "Sim", com o Relator.

Sr. Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com o Relator.

O voto do Sr. Relator José Pimentel é conhecido.

Sr. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – "Sim".

Resultado final...

A Senadora Vanessa já votou.

É nossa primeira votação. Então, o nosso sistema ainda está se ajustando para dar celeridade. Na conta, eu já tinha anunciado.

Por unanimidade, requerimento aprovado.

REQUERIMENTO Nº 78, de 2014

Requer à 13^a Vara Federal de Curitiba cópia da "Operação Lava-Jato".

Autoria: Senador Humberto Costa

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O nosso parecer, Sr. Presidente, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador José Pimentel encaminha parecer favorável.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

(Intervenção fora do microfone.)



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) –
"Sim".

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) –
"Sim".

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) –
"Sim".

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) –
Como vota o Senador Antonio Carlos Rodrigues?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR -
SP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O
voto do Relator, Senador José Pimentel, é conhecido.

No meu sistema, aprovado, por unanimidade.

Nós vamos melhorar. Na próxima reunião, garanto que vamos atingir o
ideal.

Concluindo, vamos à segunda parte da nossa reunião.

Ouviremos agora a nossa convidada, a Dr^a Maria das Graças Foster,
Presidente da Petrobras, que irá fazer a sua explanação.

Com a palavra V. S^a.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Bom dia, Presidente
Senador Vital do Rêgo, pela oportunidade. Ao nosso Vice-Presidente, Senador Antonio
Carlos Rodrigues, e ao Relator, Senador José Pimentel, pela oportunidade de estar aqui,
minha saudação. Bom dia a todos os Senadores, à Senadora Grazziotin e a todos que
nos assistem.

Eu tenho uma apresentação, para que possamos visualizar algumas
informações. São quatro temas importantes, muito importantes e que trazem muitos
números e informações que, colocados no PowerPoint, facilitam a nossa compreensão e
o nosso nivelamento.

Eu começo falando sobre a refinaria de Pasadena e trazendo informações
que já foram apresentadas por mim tanto na Câmara e aqui no Senado, há pouco mais,
talvez, de quatro ou cinco semanas.

Eu pediria ajuda para passar os eslaides, por favor.

No primeiro eslaide, nós trazemos informações relativas ao parque de
refino da Petrobras no exterior.

A área internacional da Petrobras, alinhada ao planejamento estratégico
da Petrobras, lá em 1999, depois em 2004, em três de suas revisões, havia como
objetivo a expansão do refino no exterior. E assim se fez presente a refinaria de
Pasadena, que tem como uma das suas principais vantagens, inquestionável vantagem,



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

estar no centro de um dos maiores *hubs* de movimentação de petróleo e de derivados do mundo.

No mercado americano, os volumes são realmente extremamente expressivos, em torno de 18 milhões de barris de petróleo por dia processados, um consumo também próximo a 18 milhões de barris por dia de derivados.

Assim, vem a refinaria de Pasadena. Não basta refinar petróleo. É preciso movimentar o petróleo. É preciso evacuar, encaminhar, levar para o mercado os derivados produzidos. E essa é a grande vantagem de Pasadena.

Trazemos decisões importantes, extremamente importantes, tomadas de uma forma muito resumida, evidentemente, pelo Conselho de Administração da Petrobras no que se refere à aquisição de Pasadena e também decisões importantes da Petrobras entre 3 de março e 20 de junho de 2008.

A primeira grande decisão, sem dúvida, foi que o Conselho autoriza, nos termos do resumo executivo, adquirir por intermédio da PAI, a Petrobras América, 50% dos bens e direitos da refinaria e participar, através da PAI, com 50% na formação da *trading*, da comercializadora de derivados.

O valor aprovado pelo Conselho de Administração, à época, foi de US\$350 milhões e mais US\$70 milhões no *closing*, no fechamento da operação, em setembro desse mesmo ano. Importante colocar a documentação apreciada pelo Conselho de Administração. No resumo executivo não havia menção às cláusulas *Put Option* e *Marlim* e não havia citação, nem intenção manifestada de compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena.

Também na apresentação de PowerPoint, feita por executivos da área internacional, não se falou, no PowerPoint, da cláusula de *Put Option*, não se falou de *Marlim* e não se falou da condição de compra dos outros 50% remanescentes.

Essas cláusulas de *Put Option* e *Marlim* são extremamente importantes para o negócio Pasadena, extremamente importantes. Essas cláusulas juntas, combinadas nas equações que constituem, que estão constituídas nos anexos do acordo de acionistas, na própria compra das ações, essas duas fórmulas juntas precificaram os 50% iniciais e os 50% finais das ações. Cláusula de *Put Option* é bastante comum, mas é preciso que se conheça a fórmula do *put price*, o preço de saída.

Em 3 de março de 2008, o Conselho não autoriza a aquisição dos 50% remanescentes nos termos negociados com a Astra, com base na carta de intenções, a conhecida LOI, e determina a reapresentação da matéria com informações complementares do projeto.

A nossa Diretoria, da qual eu fiz parte, sugeriu a compra dos 50% remanescentes por US\$788 milhões.

A matéria retorna ao Conselho em 12 de maio, que resolve transferir a decisão e depois não volta a se manifestar sobre o assunto.

Em 20 de junho de 2008, a Diretoria informa ao Conselho que instruiu seus advogados a darem entrada em processo arbitral, porque o grupo Astra não estava cumprindo as suas obrigações na gestão da empresa constituída.

Em 13 de junho de 2012, portanto quatro anos depois, dá-se o acordo entre as partes, entre Petrobras e Astra, e esse acordo é celebrado junto às empresas do sistema Petrobras e às empresas do grupo Transcor/Astra.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O laudo arbitral se posiciona, recomenda, aceita o pagamento de US\$820 milhões.

Quanto se pagou pela refinaria de Pasadena? Foram US\$554 milhões.

Quanto se pagou pela *trade* constituída?

Trezentos e quarenta e um milhões de dólares. Ou seja, esse pagamento foi de US\$1,249 bilhão feito à Astra.

Nós temos toda a demonstração desses valores: US\$554 pela refinaria, US\$341 gastos com 100% da trading e US\$354 milhões e demais gastos com a aquisição.

Importante deixar claro mais uma vez que a Astra desembolsou junto à Crown em torno de US\$360 milhões na aquisição da refinaria de Pasadena, e não US\$45 milhões como foi diversas vezes já explicado por mim e pelos meus colegas que me antecederam, Nestor e Gabrielli, e por mim, algumas vezes, que estes 360 milhões foram de fato o que desembolsou a Astra junto à Crown.

Esse é um valor bastante razoável, de acordo com as métricas de outras aquisições que se deram naquele período, naquele ano de 2006/2007.

Eu tenho um eslaide muito interessante, que é a avaliação de analistas sobre a aquisição dos 50% iniciais de Pasadena, em 2006.

Os analistas consideraram que a aquisição de Pasadena foi positiva, destacando – e eu chamo a atenção para este ponto – o preço por barril pago pela companhia abaixo da média da indústria em transações similares naquela mesma época.

Ressaltaram a entrada da Petrobras no mercado americano de combustíveis, beneficiando-se das maiores margens daquela época, e o melhor aproveitamento do óleo pesado de Marlim.

Apontaram que a atratividade final da transação dependeria dos investimentos totais na modernização. Mas uma coisa foi consenso àquela época: não só a Diretoria da Petrobras entendeu como correta a aquisição dos 50%, também o Conselho, que aprovou por unanimidade, e os analistas de forma geral. A avaliação foi dada como positiva.

Nós temos aí a Merrill Lynch, temos o Deutsche Bank, Credit Suisse e o Itaú. Todos eles consideraram como uma ação positiva, correta a Petrobras fazer 50% da aquisição de Pasadena.

Chamo a atenção: evidentemente que era importante o valor investido na modernização e na Revamp da refinaria.

A avaliação, à luz da situação que vivemos hoje, é fato, e os números mostram, hoje, que não foi um bom negócio. No futuro próximo, é possível que haja melhorias, mas não seria feito novamente com as projeções e estratégias atuais.

Hoje, sabedores da venda de uma refinaria do porte de Pasadena, com a decisão de fazer refino no Brasil, com a descoberta do pré-sal, com o mercado interno crescente, a Petrobras não faria aquela aquisição, porque, definitivamente, não seria prioridade. Mas lá atrás, no ano de 2008, foi considerado um negócio potencialmente bom não só pela diretoria da Petrobras, não só pelo Conselho, mas também pelos analistas de mercado àquela época.

Hoje é um negócio de baixo potencial de retorno dos investimentos que foram adicionados, que foram investidos nessa refinaria. E lá, no dia 29 de junho de



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

2012, não houve relatório dos analistas avaliando o acordo final com a Astra. Então, no fechamento, não houve essa avaliação. Era um outro momento. Nós estávamos aprovando o plano de negócios 2012/2016, nós tínhamos acabado de ter um aumento de combustíveis naquele momento. Os analistas não fizeram posicionamento.

O desempenho recente é de uma refinaria premiada. Depois de anos de trabalho que os meus colegas tiveram e que eu tenho tido frente à refinaria de Pasadena, alcançamos, dentre os refinadores, um reconhecimento ao mérito pelas nossas boas práticas. Temos tido, nos últimos três meses, lucro positivo. E, enquanto esse óleo não convencional estiver disponível para essa refinaria, muito provavelmente nós teremos um bom desempenho.

A apuração em curso pelos órgãos de controle.

Nós temos tido um trabalho intenso, bastante grande junto aos órgãos de controle, atendendo sempre, priorizando, trabalhando para sermos os mais objetivos e proativos, para que a gente possa sair dessa grande questão que é a refinaria de Pasadena.

Nós temos uma comissão interna de apuração da Petrobras bastante dedicada, uma comissão constituída por gerentes executivos de alto nível com a companhia e um trabalho muito forte junto ao TCU e à CGU.

Passando para outro tópico, que é a *SBM Offshore*.

Bom, falamos agora, saímos da Refinaria e falamos sobre a plataforma de produção, o que são as plataformas próprias e afretadas. Isso uma breve explicação, para que a gente possa nivelar o conhecimento e chegarmos efetivamente à nossa relação com a *SBM Offshore*.

Em termos da importância, do quanto importante é a Petrobras para os afretadores, aqueles que oferecem ao mercado plataformas afretadas, nós somos assim, temos, hoje a Petrobras possui 125 plataformas, sendo 29 desse tipo que vocês vão ver eu me referindo, FPSO, que são unidades flutuantes de produção, semelhantes a essas que eu mostro, que armazenam e transferem o óleo para outras unidades, outros navios, e que levam até o mercado.

Então, o que são essas unidades próprias? Unidades próprias são aquelas construídas e operadas pela própria Petrobras. E as unidades afretadas são construídas e operadas pelos afretadores. Quais são esses afretadores? A *SBM* é uma afretadora; a *Modec* é um afretador; a *BW Offshore* é outra. Ou seja, esses três são concorrentes, eles competem entre si para oferecer essas plataformas.

À direita, tenho uma unidade afretada, fornecida à Petrobras, contratada pela Petrobras, que é a *Schain*, uma empresa brasileira, e a *Modec*, uma empresa japonesa.

À direita, nós temos o FPSO Cidade de Paraty, uma unidade afretada à *SBM*, e ela está no Piloto de Lula, ela produz 150 mil barris de petróleo por dia.

Uma unidade própria, FPSO P-58, no Parque das Baleias, 180 mil barris, uma unidade da Petrobras; entrou recentemente em produção; primeiro óleo, 17 de março de 2014, uma unidade projetada e construída e de propriedade da Petrobras. A Petrobras não paga aluguel todo mês pela plataforma. Nós construímos e nós operamos.

Importante dizer que nessas plataformas afretadas ou construídas há exigência de conteúdo local para todas elas.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Existe um benefício muito grande do afretamento, quando você tem um investimento tão grande quanto tem a Petrobras, você começa a pagar o aluguel, o afretamento, somente quando aquela empresa – a SBM, a Modec e qualquer outra – produz o primeiro óleo. Então, nós não desembolsamos recursos quando nós estamos no processo de construção, nós não fazemos pagamentos. Quem faz o pagamento é a SBM, é a Modec, é a BW, é o afretador. E isso é muito importante quando a gente tem muito investimento.

Números, e números importantes de que a Petrobras têm orgulho muito grande desses números. Nós somos uma referência mundial em águas profundas e temos uma frota também expressiva. A frota mundial dessas unidades de produção, para lâmina d'água maior que 300 metros, hoje totaliza 96 unidades existentes no mundo: 43 afretadas e 53 próprias. Então, há um equilíbrio entre as unidades afretadas e as unidades próprias. Dessas 96 unidades, 68 estão em operação no mundo, 28 em construção. Dessas 28 que estão em construção, 19 são construídas pela Petrobras. Então, os senhores vejam o quanto somos grandes e o quanto crescemos em relação ao mundo. Dessas 19 que a Petrobras está construindo, 13 são próprias e 6 são afretadas. Como eu disse antes, todas essas 19 são construídas no Brasil, não 100%, ela tem um alto controle local, ela tem emprego milhares de brasileiros.

A Petrobras tem, no Brasil, nós temos, 47 desses FPSOs; nós temos 47 e o Brasil tem 50. Então, a Petrobras tem 47 dos 50, e a Petrobras tem 50 dos 96 no mundo. Por isso, somos tão importantes e tão interessantes a essas empresas que competem. E nós temos 28 em operação e 19 em construção, como eu disse.

Quando nós olhamos para aquela parte inferior do lado direito, nós verificamos que destes, 22 são afretados pela Petrobras. Na verdade, nós temos 23 afretados. Um nosso, da Petrobras, está lá no Golfo do México.

Então, isso mostra a importância da indústria naval *offshore* no Brasil, o quanto ela cresce. Mesmo as unidades afretadas, japonesas ou holandesas, têm que ter conteúdo local. Essa é uma exigência da Petrobras.

Neste eslaide, na parte inferior à direita, nós temos as empresas operadoras – vejam bem o tamanho da Petrobras –, depois a ENI, a Shell, a ExxonMobil, são empresas que têm um número significativamente menor que o da Petrobras. Isso mostra o quão ativa a Petrobras tem estado nesses processos de afretamento, nesses processos de construção dessas plataformas.

Quando nós olhamos as empresas afretadas, do lado esquerdo, a SBM tem, hoje, no mundo 11 FPSOs e a Modec, a concorrente dela, tem nove. Dessas 11, a Petrobras tem cinco com a SBM e cinco com a Modec. Notem que o que elas estão construindo no mundo, tanto a Modec, as maiores, e a SBM, estão construindo principalmente para a Petrobras. Então, a importância da Petrobras nessas organizações todas: SBM e Modec, principalmente.

Próximo eslaide, em que falamos exatamente da SBM *Offshore*.

Quando começamos a interagir com a SBM *Offshore*? Nós começamos a interagir com a SBM *Offshore* em 1996. Em 1999, no ano de 2001, depois março de 2003, nós tivemos um crescimento significativo de atividades junto à SBM *Offshore*. O primeiro FPSO que foi contratado da SBM *Offshore* foi em dezembro de 1996, por inexigibilidade. E ele foi para o Campo de Marlim. Na sequência, a Petrobras contratou



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

da SBM, em junho de 2001, nós tivemos uma contratação também por inexigibilidade. Esse FPSO Brasil substituiu a P-36, aquela plataforma que afundou. Então, a Petrobras teve de contratar, de uma forma bastante expedita, por inexigibilidade, essa unidade de produção FPSO Brasil. Na sequência, nós tivemos, em processos competitivos, a contratação de outros sete FPSOs junto a essas empresas – sempre por processos competitivos.

A Petrobras trata essas contratações segundo dois critérios. A Lei do Petróleo, a Lei nº 9.478, e nós temos a contratação no âmbito do Decreto nº 2.475. E são demandas exclusivas da Petrobras. Então, nós temos, principalmente – eu destaco –, o item 3: é sempre feita uma solicitação de propostas ao licitante com no mínimo três propostas. São quando se trata de projetos única e exclusivamente Petrobras. Quando nós fazemos a contratação via o JOA, que são os acordos de operações, quando nós temos sócios, nós trabalhamos em cima do contrato JOA. E, mesmo assim, olhando o item 4, sempre que possível, nós fazemos também a negociação junto com outras três empresas.

É bastante detalhado o processo junto a essas empresas sócias nossas, a BG, a Repsol, a Galp. Nós temos um trabalho intenso de demonstrar, de mostrar, de ter aprovado dessas empresas que operam conosco no Brasil que aquilo se constitui a melhor oportunidade, o melhor preço.

No caso da SBM, há uma apuração em curso pelos órgãos de controle. SBM *Offshore* relação com a Petrobras. Isso desde fevereiro até a presente data, nós temos atendido a vários e vários questionamentos do CGU, do Ministério Público Federal. Existem apurações da Câmara dos Deputados, da CPIPetro, evidentemente, e a apuração do TCU.

É importante que eu deixe claro aqui a todos que todas as informações sobre o assunto foram encaminhadas e estão sendo encaminhadas a esses órgãos de controle. E existe uma perfeita atualização junto ao CGU.

Aqui, eu passo agora para o outro tema, que é segurança nas plataformas. Esse é um tema que a Petrobras atende com máxima importância.

Esse é um eslaide de um livro recente que nós escrevemos sobre a indústria naval *offshore*. Aí está a nossa curva de produção, saindo de 2 milhões de barris de petróleo no ano de 2013 e alcançando 4,2 milhões de barris de petróleo no ano de 2020. Para isso, são necessárias as construções de muitas unidades de produção.

E nós gostaríamos de chamar a atenção para o ano de 2013, um trabalho muito forte junto aos estaleiros nacionais. Pela primeira vez nós conseguimos colocar no mar nove unidades de produção neste ano de 2013, e muitas outras estão previstas especialmente para o ano de 2018.

Chamo a atenção, nesse próximo eslaide, para a P-62. O que vou falar para a P-62 se aplica a todas essas unidades de produção.

A P-62 é uma unidade própria. Ela tem um conteúdo local de 63%, e está no Campo de Roncador, na Bacia de Campos, e tem capacidade de 180 mil barris por dia. Essa plataforma que os senhores estão vendo tem capacidade para produzir 6 milhões de metros cúbicos/dia de gás. São dimensões impressionantes: 327m de comprimento, 57m de largura, 30m de altura, mais que um prédio de 10 andares. O primeiro óleo dela foi em 12 de maio de 2014.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Esse casco passa por um trabalho de integração junto a todos esses módulos – em geral de 12 a 13 módulos. E nós temos importantes sistemas de segurança: sistema de ancoragem, temos bombas de incêndio, as baleeiras. Todo um trabalho feito para que nós tenhamos segurança nas nossas plataformas.

Gostaria de dizer aos senhores que essas unidades de produção, colocadas no ano de 2013, dentre elas a P-62, têm uma capacidade de movimentação de processar um milhão de barris de petróleo por dia.

P-62. Nós não saímos do estaleiro na hora em que achamos, que precisamos estar prontos para sair do estaleiro, existe todo um procedimento, todo um processo de certificação.

Se olharmos, em 8 de janeiro de 2012 foi quando esse casco chegou ao Estaleiro Atlântico Sul. E de 8 de janeiro de 2012 até se constituir uma plataforma propriamente dita, levamos aí 23 meses nesse estaleiro.

Para que possamos sair do estaleiro e ir para o mar, existem sistemas que devem estar operacionais, e não basta a Petrobras dizer que os sistemas estão operacionais. É preciso que ele seja auditado, que ele seja certificado e que ele seja autorizado. Existem sistemas, e listei aqui sete deles: a salvatagem, que trata das baleeiras, dos botes de resgate, das balsas; os sistemas de suporte à vida, que tem a ver com habitabilidade, a geração de energia, esgoto, o ar comprimido, água potável, diesel, ar-condicionado, movimentação de cargas e comunicação; a detecção e o combate a incêndio; o lastro e o deslastro; a ancoragem; a homologação do heliponto; a sinalização de embarcação. Ou seja, plataforma concluída, na visão da Petrobras, é preciso certificar.

Então, de dezembro de 2013, até 30 de dezembro de 2013, nós passamos pela certificação da Receita Federal, da Anvisa, DNV – que é a nossa certificadora contratada por nós, que trata da salvatagem, do suporte à vida, ela atesta o projeto, confirma que o projeto foi construído, conforme projetado –, e nós temos também o Atestado de Inscrição Temporária, que é uma decisão, uma aprovação da Marinha – a Marinha olha praticamente todos aqueles sete itens que nós listamos –, e o passe de saída do estaleiro, que é dado pela Polícia Federal.

Então, a Petrobras não diz: "estou pronta e saio", de forma alguma. Mas não termina aí. Quando você sai do estaleiro, até o primeiro óleo, nós temos novamente uma bateria de exames, uma bateria, uma bateria de requerimentos, uma bateria de demonstração para que possamos produzir esse primeiro óleo.

Eu chamo a atenção para um ponto que também foi bastante colocado na imprensa: que nós teríamos acelerado a saída do estaleiro para usufruirmos do registro de exportação da P-62 e, com isso, com a saída de mais uma plataforma, nós teríamos computado esse valor da plataforma na balança comercial. Não é correto, porque nós obtivemos esse registro de exportação da P-62 já no dia 17 de dezembro de 2013 e saímos do estaleiro no dia 30, ou seja, duas semanas após já termos esse registro.

A saída do estaleiro, no dia 13 de dezembro, com todas aquelas anuências e autorizações que recebemos, nós levamos 21 dias para sair do estaleiro e chegar à locação, no Módulo 4 de Roncador. E, no dia 10 de janeiro, ocorreu um princípio de incêndio com um gerador elétrico temporário, que já saiu do estaleiro trabalhando – ele já estava funcionando dentro do estaleiro. Esse gerador temporário



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

não foi só usado no caso da P-62; foi usado na P-55, na P-58, na P-61. Essa é uma prática, e esse gerador temporário é parte do comissionamento. Os geradores da plataforma, o sistema de geração de energia estava pronto, comissionado, autorizado, certificado, mas fizemos – e fazemos sempre – a geração de energia regionalizada para não sobrecarregar um gerador de grande porte quando ele está sendo demandado na sua carga mais baixa. Esse princípio de incêndio foi extinto em 30 minutos e não trouxe dano às pessoas, principalmente, nem à unidade de produção.

Chegamos à locação e tivemos a inspeção da SRTE do Ministério do Trabalho e Emprego, que inspecionou a P-62 nos dias 11 e 12 de março. Houve uma série de exigências para que pudéssemos continuar, e deveríamos atender a todas as exigências que foram feitas para podermos ter o primeiro óleo. E atendemos.

Seguimos. Essas exigências são naturais. Tivemos a aprovação da documentação de segurança operacional pela ANP, a autorização do uso do sistema de medição. Depois, novamente tivemos o certificado da Marinha; a certificadora da DNV também; nova inspeção a bordo pelo MTE, que nos autorizou a caminhar em direção do primeiro óleo; e a licença de operação do Ibama.

No dia 7 de maio de 2014, tivemos a licença para a produção do primeiro óleo, que se deu no dia 12 de maio de 2014. Essa plataforma hoje está produzindo 18 mil barris, e a vida continua.

Nós tivemos, recentemente, em maio, a presença da ANP. Foram três dias de auditoria da ANP, que sugeriu e nos recomendou uma série de exigências no que se refere ao monitoramento para o *offloading* – nós temos que atender às exigências da ANP; caso contrário, não podemos fazer o *offloading*. E estamos no prazo para atendimento.

Então, a Petrobras não decide que chegou a hora de fazer uma inspeção, de sair para o estaleiro, de produzir o óleo. É um trabalho muito longo que exige muitos, dezenas, centenas de técnicos.

Para concluir esse grupo, eu gostaria de dizer aos senhores que a preocupação com o meio ambiente, com a segurança dos trabalhadores é uma prática da companhia nos seus 60 anos. Mas nós tivemos a felicidade, no ano de 2013, de ter uma melhora substancial.

Homem/hora exposto ao risco crescendo muito, porque a Petrobras vem crescendo muito, vem investindo muito, mas nós tivemos o melhor resultado em toda a história da companhia. Nós tivemos a mais baixa taxa de ocorrências registráveis, tanto ocorrências pequenas, como uma torção de pé ou machucar a pele, quanto fatalidades. Nós tivemos uma redução de 21% no que nós chamamos de taxa de ocorrência.

Nós tivemos, infelizmente, no ano de 2013, quatro óbitos com empregados de empregados de companhias que trabalham para a Petrobras, que são totalizadas no número de fatalidades da Petrobras, como se Petrobras fossem, e isso é justo. Nós tivemos uma melhora, uma redução desse número, de 13, no ano de 2012, para 4, no ano de 2013. É uma melhora. Nós queremos zero, mas tivemos uma melhora muito grande.

O volume de vazamentos também foi o menor volume vazado na história da companhia. Nós tivemos uma redução de 52% em relação ao ano de 2012. E tivemos várias iniciativas, nos anos de 2012 e 2013, para auferir, para conseguirmos essas



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

melhorias nas nossas métricas. São trabalhos específicos, trabalhos que estão dentro das refinarias, são trabalhos que estão dentro das plataformas, nos estaleiros, nas obras de Petrobras.

E, como a gente não para nunca e não deve e não pode parar nunca no quesito segurança dos nossos empregados, na última semana, na área corporativa e de serviços da companhia, foi aprovado mais um grupo de trabalho, mais um programa, que tem como objetivo reduzir acidentes e fatalidades na companhia. Esse é um projeto que é acompanhado, será acompanhado também pela diretoria da Petrobras.

Finalizando, peço mais cinco minutos, por favor.

Nós falamos, agora, da RNEST. Eu tenho um quadro para mostrar para os senhores e não tenho a pretensão de que os senhores e as senhoras façam a leitura desse quadro. Mas é importante conhecer o contorno desses quadros.

À direita, nós temos o que chamamos de *off-sites*, aquilo que está fora da refinaria, que é onde é a energia elétrica, o ar comprimido, o vapor, os tanques que levam petróleo para dentro da refinaria. À esquerda. À direita, nós temos os tanques de produto. Aqui, nós temos os *off-sites* – lado de fora da refinaria. Nós temos toda a parte de infraestrutura embaixo, que são as edificações, as áreas de automação, a geração de energia elétrica. No centro, nós temos o coração da refinaria, que são as unidades de processo. E, na parte de cima, chamo atenção para os dutos extramuros e para o *pier* de Porto de Suape. São grandes obras que nós fazemos no entorno da refinaria para que essa refinaria opere.

Nossa refinaria hoje, a Refinaria Abreu e Lima. Aqui está a refinaria. Unidades de processo; os *off-sites*, que são os tanques, as tubovias, a casa de força. Nós temos dois trens: em azul, o que nós chamamos de *off-sites*; e, em verde, as unidades do *on-sites*.

Então, não é construir uma refinaria que, por si só, já é um investimento, um grande investimento e um grande desafio, mas todo esse entorno precisa estar preparado para essa refinaria operar.

Olhemos, por exemplo, o que nós chamamos aqui de extramuros. Essa foi a expansão do Porto de Suape e rodovias para atendermos à nossa refinaria, a Refinaria Abreu e Lima. Aqui, entre o porto, a expansão do Porto de Suape, tudo que foi feito nesse porto, mais as rodovias que foram feitas, a Petrobras, somente a Petrobras, investiu R\$829 milhões. Esse investimento foi feito para que a gente pudesse operar.

Nós fizemos o reforço e o engordamento do Molhe, que é essa parte mais inferior; o prolongamento do Molhe também, que tem essa circunferência. Toda a parte de dragagem, construção de *pier*, tubovia, reforço dos cabeços; uma grande obra de infraestrutura feita pela Petrobras com alguma participação também do Governo Federal. Chamo a atenção de que não basta construir a refinaria para que ela possa entrar em operação.

Eu construí aqui, de uma forma acadêmica, didática, o que é a Refinaria Abreu e Lima. Ela é uma equação de três parcelas: primeiro, a refinaria em si, as unidades de processo; depois, o extramuros, que é o Porto de Suape; e, depois, as rodovias de acesso. Caminhões precisam chegar, materiais precisam chegar, trabalhador precisa chegar; é preciso que se faça o escoamento, eventualmente, considerando, em algum nível, as rodovias.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Então, essa é a equação: o *on-site*, a refinaria, mais o extramuros, mais o extramuros rodovias. Aí, a gente mostra 25km dessa rodovia que foi construída com recursos também da Petrobras.

Acompanhamento físico à esquerda, e acompanhamento financeiro à direita. Começamos essa refinaria, a discutir essa refinaria em dezembro de 2005 e chegamos hoje a essa refinaria que está com uma realização física de 87%, e uma realização financeira também muito próxima a esse valor, em torno de 84%.

Temos três anos de atraso em relação à construção dessa refinaria. A decisão quando concluímos a Fase I até o momento em que o nós vamos estar partindo o primeiro trem são três anos de atraso para uma obra desse porte.

A realização física nossa – como eu disse, em torno de 84% –, no projeto conceitual, na concepção – e isso não é obra, vou mostrar um eslaide para os senhores –, consideramos, àquela época, US\$2,4 bilhões; não se começou a construir essa refinaria de US\$2,4 bilhões. A refinaria que começamos a construir foi na Fase III, já com os valores adequadamente ajustados, sabedores de que tínhamos que construir muito mais além da própria refinaria, todo esse trabalho que foi feito no Porto de Suape, todo esse trabalho que foi feito de acesso à refinaria. A nossa refinaria, a que estamos construindo, partiu de um projeto na Fase III de US\$13,36 bilhões; e, hoje, a projeção é de US\$18,4 bilhões.

Tenho um penúltimo eslaide, é importante que olhemos para ele, olhando principalmente as figuras. Quando começamos, tínhamos um projeto que era uma unidade destilação e suas outras unidades, que são as de coqueamento retardado, hidrotreatamento de diesel. Essa refinaria aqui foi orçada, naquela época lá atrás, em 2005, como sendo uma refinaria à época julgada possível de se construir de US\$2,4 bilhões. Prosseguimos, fazendo as avaliações, estudando a mistura do petróleo Petrobras de Marlim mais 50% do petróleo de Carabobo, um petróleo sintético. Esse é o trabalho inicial: identificação da oportunidade, depois o projeto conceitual. Entendemos que era conveniente, adequado, para que tivéssemos uma boa conversão, ter um Trem 1, uma Unidade de Processo I, que mostrei naquela figura no início; depois um Trem 2 e uma única unidade de destilação.

Passamos para o projeto básico. Tudo projeto, senhores e senhoras. Projeto, prancheta, cálculo, planilha. Entendemos que precisávamos fazer modificações para que não houvesse contaminação desses petróleos e desses derivados, e ficou registrado e certo que precisaríamos ter dois trens: um Trem 1 e um Trem 2. E, nesse momento, a diretoria da Petrobras bateu o martelo pela aprovação desse conceito, desse modelo. E, naquele momento, o valor era de US\$13,4 bilhões. Qual o valor correto para a construção da refinaria? É o de US\$13,4 bilhões; com US\$2,4 bilhões, não seria possível construir, no nível de conversão demandado, essa refinaria no Brasil e nem em qualquer outro lugar do mundo. Temos a cera que tem os *benchmarks* internacionais, e no conceito, naquele momento da oportunidade, não se começou a construir uma refinaria de US\$2,4 bilhões. A refinaria que estamos construindo é uma refinaria de US\$13,4 bilhões.

Então, avanço físico, último eslaide. E é esse que temos dois Trens, duas unidades de destilação, temos o avanço físico, 88,5%; nós temos o avanço físico realizado, 87,4; o avanço financeiro, 15,8 bilhões. Hoje nós já colocamos na refinaria,



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

no extramuros, na construção do *pier*, na construção das rodovias, nós temos colocados US\$15,8 bilhões e planejamos já há dois anos, mantendo os preços, que nós vamos chegar a US\$18,5 bilhões.

Aí está a nossa RNEST, extremamente importante. Não é possível atender ao Norte e ao Nordeste com os crescimentos que estão dentro do plano 2016/2020, com o nosso parque de refino sem a RNEST. A RNEST tem um alto poder de conversão, 230 mil barris por dia, um poder de conversão de 70%, 130 mil barris cada Trem, 75 mil barris de diesel. Então precisamos da RNEST, e o lugar correto para ter começado a construção da RNEST é em Pernambuco. Esse é o lugar correto.

O valor da nossa refinaria, que realmente foi planejada e implantada: US\$13,5 bilhões. E vai chegar a 18,5. Então, como é que fica o resultado da Petrobras em relação a uma refinaria que custou, que começou com 12,4 e vai chegar a 18,5, hoje US\$15 bilhões? O parque de refino da Petrobras não é analisado pontualmente; se analisa uma refinaria e busca o resultado financeiro dela, o resultado econômico. Não é isso. Nós temos uma unidade de geradoras da Petrobras, que se chama parque de refino. É como um conjunto de termelétricas. Nós não buscamos o resultado de uma termelétrica, mas sim de todas elas operando. É aquele conjunto de termelétricas e é aquele conjunto de refinarias que traz para nós o resultado financeiro.

Para concluir, nesse ano de 2013, a nossa contabilidade, os auditores da Petrobras, que fazem a auditoria da Petrobras, a Pricewaterhouse, analisou o parque de refino, analisou a RNEST, analisou todo esse conjunto de refinarias, e nós não tivemos baixa no resultado contábil da RNEST, porque a RNEST agrega valor ao conjunto de todas as nossas refinarias. É importante a presença da RNEST. É importante que a gente faça uma gestão dos custos, evidentemente, mas no conjunto, a RNEST é positiva para a Petrobras. Essa avaliação foi mais uma vez referendada pela auditoria externa Pricewaterhouse nas demonstrações contábeis de 2013.

Pasadena teve uma baixa contábil; RNEST, Petrobras, parque de refino não teve baixa contábil, porque o conjunto dessa operação agrega valor ao sistema Petrobras.

Assim como os outros temas que eu aqui apresentei aos senhores e às senhoras, nós temos uma comissão interna de avaliação, recentemente começada a trabalhar na Petrobras. Foi uma solicitação do Conselho de Administração da Petrobras, que nós trabalhássemos, olhássemos, apurássemos a refinaria RNEST. Mas desde o ano de 2006, 2008, 2009, 2010 a RNEST, o assunto RNEST, nós temos demonstrado, atuado, documentado, respondido, participado de diversas sessões junto aos órgãos de controle do nosso País, que controlam a nossa companhia.

Eu agradeço, Sr. Presidente, Sr. Relator, a oportunidade de passar essas informações via estas apresentações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o Senador José Pimentel, Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^a Graça Foster. A exposição de V. S^a vai simplificar bastante aqui as nossas perguntas, porque elas se integram. E vou fazer, Sr. Presidente, por bloco de temas. Como são várias perguntas, vamos passar uma cópia



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

para a Sr^a Graça, para que ela possa, em seguida, respondê-las e não ter o trabalho de ter que anotar, porque é muita coisa.

Então o primeiro bloco diz respeito à compra e venda de refinarias no exterior.

Desde quando a Petrobras buscava adquirir refinarias no exterior?

Quais razões levaram a Petrobras a tomar essa decisão?

Em sintonia com a estratégia de internacionalização, a Petrobras teria adquirido as empresas e refinarias em diversos países. Essa informação está correta?

A Petrobras adquiriu duas refinarias na Bolívia, na década de 90, que foram nacionalizadas em 2006 e 2007. Quanto a Petrobras pagou e quanto recebeu pela nacionalização? Qual a capacidade dessas refinarias?

A Petrobras comprou a empresa Pecom, na Argentina, em 16 de outubro de 2002, pelo valor de US\$1,27 bilhão. Essa informação está correta?

A Pecom ainda pertence à Petrobras?

A Petrobras comprou, ainda, a refinaria San Lorenzo, na Argentina, em 2002. A refinaria foi vendida em 2010. Por quanto a Petrobras comprou e por quanto vendeu a refinaria de San Lorenzo? Por que motivo a refinaria foi vendida? Qual a capacidade da refinaria?

A Petrobras comprou também a refinaria de Okinawa, no Japão, em 2007. Quanto a Petrobras pagou por Okinawa? Qual a capacidade da refinaria?

Em 2001, a Petrobras promoveu a troca de ativos com a Repsol, visando ao controle da refinaria de Bahía Blanca, na Argentina. Essa operação teria dado prejuízo de US\$2,5 bilhões à Petrobras. V. S^a acompanhou essa aquisição? Sabe informar por que o tema foi judicializado?

Sr. Presidente, Sr^a Depoente, são essas as perguntas do primeiro bloco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Obrigada, Sr. Presidente.

Nós começamos, no nosso planejamento estratégico, como mostrei, em 1999, veio a busca por aquisições de refinarias no exterior. Isso veio orientado pelo planejamento estratégico da Petrobras. Em sintonia com esse planejamento estratégico, nós fizemos algumas aquisições no ano de 1999, no ano de 2001 e no ano de 2002.

Nós fizemos a aquisição das refinarias da Bolívia. Nós temos uma atuação até hoje bastante grande na Bolívia, na área de exploração e produção. O gás que nós consumimos no Brasil é originário da Bolívia – grande parte dele, 31 ou 32 milhões de metros cúbicos por dia. Nós fizemos a aquisição dessas refinarias. Elas são chamadas de refinarias de Cochabamba e Santa Cruz. Depois, veio a refinaria de Bahía Blanca, na troca de ativos com a Repsol. E depois veio, dentro do pacote de aquisição da Pérez Companc a própria refinaria de San Lorenzo. Então, atendíamos às orientações já desde o ano de 1999.

Com relação à pergunta se nós adquirimos essas duas refinarias, eu disse que sim, na década de 90. Depois, veio o plano de nacionalização, o programa de nacionalização na Bolívia, e nós vendemos essas refinarias. Em linhas gerais, os números ficaram em torno de US\$110 milhões, US\$120 milhões. Eu não tenho exatamente o número, mas ficou nessa ordem de grandeza, de US\$110 milhões para



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

US\$125 milhões entre o que compramos e o que pagamos. Fomos remunerados por essa venda, esse retorno, entregar de volta esses ativos na Bolívia.

Com relação à Pecom, na Argentina. Nós compramos a Pecom por US\$1 bilhão, um pouco mais, US\$1,1 bilhão, US\$1,7 bilhão e nós, hoje, temos essa Pecom, que se chama Pesa. É uma importante empresa nossa na Argentina. Essa empresa trouxe para nós, na Argentina, a refinaria de San Lorenzo. Essa refinaria veio, como eu disse, quando nós compramos a Pérez Companc. Essa refinaria era bastante obsoleta, demandava investimentos em refino relevantes. Com a nossa descoberta de petróleo e a reorientação do Conselho de Administração, a Petrobras desinvestiu. Ela vendeu essa companhia, essa refinaria para empresas que atuam na Argentina.

Então, nós vendemos San Lorenzo e a rede de distribuição associada a ela por um valor de US\$36 milhões. E, na época, essa refinaria tinha um estoque de US\$66 milhões, porque no refino você tem o *hardware* e você tem também o estoque daquele momento. E foi assim que nós compramos e desinvestimos San Lorenzo.

Com relação a Okinawa, no Japão, a razão e a motivação foram exatamente as mesmas. Nós, em continuidade ao plano de refino que havia se iniciado desde 1999 a 2004, esse plano continuou. Veio Okinawa, também uma refinaria de 100 mil barris por dia. Ela opera com 50 mil barris de capacidade. Na avaliação, na compra dessa refinaria, no *valuation*, no estudo de viabilidade técnica e econômica, nós consideramos 50 mil barris por dia também, porque ela funciona com 50 mil barris. Nós pagamos US\$48 milhões, e em torno de US\$200 milhões pelo estoque da refinaria. Quando você compra a refinaria você também tem que pagar pelo estoque. Quando desinveste, a mesma coisa.

A questão da troca de ativos com a Repsol. Essa é uma discussão permanente, sempre oportuna, e é importante que se retorne a ela sempre. Eu não participei dessa discussão na companhia. Eu era uma gerente da área de gás e energia, mas todos nós, funcionários da Petrobras, lembramos bem desse momento marcante que foi a entrada da Repsol no Brasil, essa troca de ativos. E existe, sim, como foi bem colocado nessa pergunta, no STJ, essa troca de ativos, que está em julgamento. E aí passa por vários ativos, postos de combustível, dentre outros ativos na área de exploração e produção, mas lá está a Bahía Blanca, essa refinaria na Argentina. Então, é um tema sempre oportuno, importante, que a gente acompanha sempre na Petrobras.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, para subsidiar essa ação judicial, nós aprovamos na parte primeira desta reunião o requerimento.

Segundo bloco: negociação com a Astra para a compra de Pasadena.

O que despertou o interesse da Petrobras pela refinaria de Pasadena nos Estados Unidos?

Outros países também tinham excedentes de petróleo pesado?

Eles também buscavam oportunidades de refino no exterior para esses óleos?

Que países são esses?

Por que a Petrobras optou por comprar uma refinaria de óleo leve e fazer Revamp para óleo pesado, ao invés de comprar logo uma refinaria para óleo pesado? Ou, ainda, porque não construiu uma refinaria nova nos Estados Unidos?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Não havia, na época, outras refinarias com capacidade de refino e demais características das de Pasadena que pudessem ser adquiridas em condições mais vantajosas?

Esse é o próximo bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Olha, o que despertou o interesse da Petrobras pela refinaria de Pasadena? Seguindo as orientações do nosso Conselho de Administração, buscar refino no exterior. E buscar refino no maior mercado mundial de derivados, o maior consumo de derivados. Então, os Estados Unidos sempre foram uma cobiça nossa, da Petrobras – um mercado crescente, taxas bastante acentuadas.

No Brasil, nós estávamos, em 2003, muito amarrados no crescimento ainda, um baixo crescimento, com sinais de melhoria. Depois, também um crescimento bastante expressivo. Mas ir para os Estados Unidos, estar no maior *hub* de comercialização de derivados, era extremamente importante, e preferencialmente com um sócio na área de *trading*, que era a área em que nós precisávamos aprimorar as nossas capacidades.

Não basta você comprar uma refinaria; você tem que acessar mercado. Para acessar mercado, é importante que você tenha um parceiro, um parceiro que atue no mercado. Você estar dentro do maior *hub* facilitava muito a nossa atuação. Então, é importantíssimo um acerto quando se começou a avaliar os Estados Unidos como um importante *hub*.

Outras empresas da América Latina também produtoras de óleo pesado, como nós, Marlim, a Venezuela produzindo o seu óleo pesado, nosso quase parceiro na RNEST, e o México, também produtor de óleo pesado. Essas duas empresas contrataram capacidade, como o México, para refino de longo prazo. A Venezuela fez a aquisição de uma importante refinaria em Houston.

Então, PDVSA e Pemex, assim como a Petrobras, buscaram os Estados Unidos.

Por que a gente não fez uma compra de uma refinaria de óleo leve? Por que a gente não construiu uma refinaria nos Estados Unidos? Era importante que nós tivéssemos um parceiro, e, como foi colocado aqui pelo Gabrielli, pelo Nestor e por mim mesma outras vezes, construir uma refinaria nos Estados Unidos não é trivial, também não é fácil construir no Brasil. Você chegar num centro de consumo, Rio/São Paulo, e querer colocar uma outra refinaria aqui, a bacia aérea está bastante saturada, todo o licenciamento ambiental é difícil. Então, construir nos Estados Unidos seria difícil.

Por que Pasadena? Eu conheço a refinaria de Pasadena, ela está localizada nesse importante *hub*, mas ela tem um terreno muito grande, e isso é raro nos Estados Unidos, e ela tem licença para Revamp. Então, tudo isso mostrava ser um negócio, em termos de localização, realmente bastante bom. Aí, não valia a pena. A gente queria ter uma *trading*, queria estar com uma *trading*, então construir e depois buscar uma *trading*, então veio Pasadena.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Se não havia outras refinarias? Havia refinarias que também estavam à venda, e nós perdemos todas. Nós fizemos propostas e perdemos. Então, estávamos bem localizados, Pasadena parecia ser realmente, naquele momento, uma boa opção.

Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o Relator, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a compra de Pasadena pela Astra.

A refinaria de Pasadena foi fundada em 1920 pela Crown, que, em 2004, vendeu-a à Astra. As negociações haviam sendo feitas no segundo semestre de 2004, e a Astra assumiu o controle em janeiro de 2005. Por que a Petrobras não comprou Pasadena diretamente da Crown?

Tendo sido dito que a Petrobras pagou, em 2006, US\$360 milhões por uma refinaria que, em 2005, foi vendida para a Astra por apenas US\$42,5 milhões, afinal, quanto a Astra pagou à Crown pelos ativos da refinaria, da comercializadora e pelos estoques de Pasadena?

Esse valor era compatível com o mercado?

A Astra assumiu o controle de Pasadena em janeiro de 2005 e, na sequência, em fevereiro, iniciou as tratativas para firmar parceria da refinaria à Petrobras. A Petrobras não achou estranha essa atitude da Astra? A Astra teria comprado Pasadena apenas para especular?

É esse o bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

(Interrupção do som.)

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – ... as refinarias são resistentes, tanto as dos outros, nos Estados Unidos, quanto as nossas refinarias. Eu estou com o diretor do abastecimento aqui, vem acompanhando, ele sorriu, é um refinador com 36 anos de Petrobras, ele sabe que as nossas refinarias são resistentes, as refinarias no mundo.

Nesse trabalho todo que temos feito de recuperar a história de Pasadena dentro da Petrobras, para que a gente possa ter todas as pastas organizadas, não existe nenhum registro de negociação de Petrobras com a Crown. Eu não era diretora da área internacional, hoje eu sou a diretora da área internacional, já há dois anos, então eu não tenho informações sobre esse assunto. Não há esse histórico de negociações.

Com relação ao quanto que nós pagamos pela refinaria, quanto que foi efetivamente pago, quanto que se investiu, qual foi o investimento feito pela Astra para ter essa refinaria com eles? O total que nós apuramos foram US\$360 milhões. Eu mostrei, na minha apresentação, do que são constituídos esses valores. A Astra pagou à Crown US\$248 milhões e a Astra investiu outros US\$112 milhões para que essa refinaria pudesse operar com 100% da carga. A refinaria, essa refinaria de Pasadena, funcionava meio do tipo vaga-lume, ela não batia e não ficava nesses 100 mil barris. Então, houve um investimento da Astra e depois também um investimento de 100 mil barris.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Então teve um investimento da Astra e depois também um investimento da Petrobras, para que essa refinaria possa operar, quando economicamente for, ela funcione sempre cheia.

Então, US\$360 milhões foi quanto a Astra investiu para ter Pasadena.

Depois, pergunta 14: A Astra assumiu o controle de Pasadena em janeiro de 2005 e na sequência, em fevereiro, iniciou as tratativas...

Essa é uma pergunta muito interessante porque nós compramos 50% da refinaria. Nós compramos 50%. A transação com a Astra foi num valor de 50%. Então, nós entendemos, a Petrobras entende, que a Astra não estava trabalhando, não comprou para especular, senão ela teria oferecido para a Petrobras 100%, e ela ofereceu para a Petrobras 50%. E assim foi feita a parceria, 50%, uma parceria que foi construída para continuarmos parceiros, para dar certo.

Então, eu acho que, se fosse para especular, além de ter sido arriscado, porque ela tinha que investir numa *revamp* de 100 mil barris. Não me pareceu, Sr. Presidente, Sr. Relator, Secretário e Vice-Presidente, que nós estivéssemos, que eles estivessem especulando. Não nos pareceu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pareceres de empresas de consultoria.

A Petrobras contratou diversas empresas de consultoria para auxiliá-la na compra de Pasadena. Essas empresas foram a Deloitte, a Muse, a Jacobs, a Price, Escritório de Advocacia Thompson. Qual foi exatamente o serviço prestado por essas consultorias, qual foi o parecer de cada uma delas?

Em novembro de 2005, a Petrobras contratou o Citigroup para a emissão dos seus pareceres, ou seja, uma segunda opinião, uma opinião imparcial, técnica.

Qual foi a conclusão do Citigroup? Qual o peso de uma avaliação como a do Citigroup para um negócio como o de Pasadena?

Seriam essas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra a Presidenta.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Sim, senhor.

Bom, são várias consultorias, e esse processo não é característico só de Pasadena. Todas as aquisições da Petrobras, é um volume gigantesco de pareceres, e os pareceres são específicos. Aquele que faz um parecer, um parecer por exemplo na área contábil e na área financeira, como a Deloitte, um parecer que trata da avaliação econômica e financeira como a Muse Stancil, Jacobs Consultancy, que faz pareceres... Esse parecer não foi contratado exatamente pela Petrobras, foi contratado pela Astra, mas a Price, que faz, que audita o balanço das companhias, esses pareceres – Citigroup também – são pareceres que fazem a análise do negócio à luz daquela visão específica.

E é natural, e é de praxe, e é muito importante para o cliente que esses pareceres ressaltem todos os riscos, todos os pontos que precisam ser mitigados ao longo da vida ativa daquele negócio uma vez que ele se realize.

Todas as observações constituem oportunidade de melhoria, para que a gente crie os planos mitigadores de exposição àqueles riscos. De uma forma geral, no



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

caso específico de Pasadena, não houve nenhum parecer contrário à aquisição naquilo que cabia ao parecer. E todas essas consultorias são extremamente conceituadas no mundo.

Então, quando elas emitem um parecer, ainda que com ressalvas, elas estão colocando o nome da empresa, da instituição, da consultoria e dos técnicos que assinam os pareceres. Então, nós tivemos todo o conforto necessário.

Agora, a mitigação, esse é um trabalho que a gente chama "o dia depois da aquisição". Há um trabalho muito forte para a aquisição, mas *the day after*, o dia seguinte, é o dia que a gente tem que arregaçar a manga e um bom começo é trabalhando as fragilidades que são apresentadas, por esses pareceres e por tantos outros internamente à companhia.

Com relação a que a Petrobras contratou o Citigroup. Então, vale também para o Citigroup.

O Citigroup emitiu, tanto nos 50% iniciais, quanto nos 50% finais, os restantes, posição favorável, com ressalvas – com ressalvas –, o que é absolutamente natural.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre o prazo das avaliações técnicas, tem-se dito, na imprensa, que a chamada diligência prévia teria sido realizada entre 23 de maio de 2005 e 17 de junho de 2005, ou seja, 25 dias. As análises técnicas teriam sido realizadas em menos de 30 dias, para ser exato, em 25 dias. Esse prazo não é muito curto? Afinal, quanto tempo durou a avaliação jurídica e financeira de Pasadena?

Há quem compare Pasadena com uma sucata velha. Diversos técnicos da Petrobras, inclusive gerentes de alto nível que visitaram a refinaria *in loco*, não perceberam essa obsolescência? Esse é o próximo bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Sim, senhor.

Quanto à *due diligence*, é impossível que ela fosse feita em 25 dias, não dá nem para começar. Não entendi esse ruído que, de fato, apareceu na imprensa, mas não é possível. Se fez em 25 dias, não poderia ter feito em 25 dias.

Só que todos os registros que temos – e aí a importância do trabalho interno que estamos fazendo, por meio da nossa comissão, que tem por objetivo, principalmente, avaliar os processos – são que esses trabalhos levaram em torno de nove meses. Então, é um prazo adequado, um prazo razoável, mas 25 dias não poderia ser.

Essa questão da sucata velha, a gente não encontra nos relatos, nos documentos, nos relatórios daqueles grupos, do abastecimento, da área internacional – do abastecimento que eu digo, da diretoria do abastecimento, da área internacional... Não há nenhum relato dizendo que essa refinaria é uma sucata velha, que essa refinaria está obsoleta. Essa refinaria, sim, precisava de investimentos, como precisa.

Aportamos em torno de US\$600 milhões, US\$620 milhões, de investimentos na refinaria de Pasadena, uma média de US\$85 milhões por ano, a mesma coisa que fazemos em refinaria de mesmo porte no Brasil. A gente compra e continua investindo, a gente constrói e continua investindo. O investimento é pesado na indústria de petróleo – muito pesado!



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

E assim foi com Pasadena. Não há registro de que nenhum dos técnicos, oficialmente, tenha declarado ou manifestado por escrito a obsolescência dessa refinaria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, sobre a reunião da Diretoria Executiva de 2 de fevereiro de 2006, que resultou na compra dos primeiros 50%. O Sr. Nestor Cerveró disse a esta CPI que a Diretoria Executiva da Petrobras pretendia comprar 70% da Refinaria de Pasadena. Esse tema foi objeto de deliberação da Diretoria em 18 de agosto de 2005 e em 29 de setembro de 2005. Por que as negociações não avançaram?

Há uma pergunta aqui, a de número 20, que V. S^a, a senhora depoente, já respondeu, mas, mesmo assim, vou formalizá-la. Em 6 de dezembro de 2005, a Astra apresentou uma contraproposta final para os primeiros 50% da Refinaria de Pasadena no valor de US\$359 milhões. Os pagamentos seriam feitos da seguinte forma: 50% da refinaria, US\$189 milhões; 50% da *trading*, US\$85 milhões; e os outros 50%, a segunda parcela dos 50% da *trading*, mais US\$85 milhões, totalizando os US\$359 milhões. Essa informação está correta? V. S^a, na sua primeira exposição, já fez referência a isso.

Em 2 de fevereiro de 2006, a Diretoria Executiva da Petrobras debateu a contraproposta da Astra. Na documentação submetida pela área internacional à Diretoria Executiva, constou o conteúdo das cláusulas contratuais de Marlim e opção de saída, com sua descrição, condições de exercício e formação de preço de opção?

Seria isso, Sr. Presidente, esse é o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Bom, começando, aqui, pelo que foi colocado na pergunta, com relação à aquisição dos 70% da refinaria. De fato, isso é corretíssimo. Nós começamos, a Diretoria, para aquisição da primeira parte, eu não era a Diretora à época, não tenho detalhes, precisão nessa discussão, mas, pela análise de tudo que veio depois, a Astra queria ter 70%... 30% na sociedade, com poderes desproporcionais.

Então, nós colocaríamos em 70% e a Astra, 30%, e a Astra queria ter mesmos poderes de Petrobras, e isso não tem sustentação, não procede. A Petrobras não funciona dessa forma.

Então, por isso, nós não fechamos negócio desses 70%. Está correta – quer dizer, na minha avaliação – a colocação do Diretor Nestor.

Na sequência, eu já apresentei, Sr. Relator, esse quadro, e a pergunta que vem é a pergunta 21: A Diretoria Executiva da Petrobras debateu a contraproposta da Astra. Na documentação submetida pela área internacional, a Diretoria Executiva, constou o conteúdo?

Não. Os contratos que continham – isso é importante – essas cláusulas não foram incluídos na documentação submetida à aprovação da Diretoria. Foi uma série de anexos, e os contratos que continham essas cláusulas... elas não foram anexadas.

Aí, depois, veio a pergunta...

Não. Está certo.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – O próximo bloco agora. Com a palavra, o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Reunião do Conselho de Administração de 3 de fevereiro de 2006, compra dos primeiros 50% de Pasadena. O Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo elaborado pela diretoria internacional. Constou do sumário executivo o conteúdo das cláusulas contratuais Marlim e opção de compra com sua descrição, condições de exercício e formação de preço e opção? Qual a importância dessas cláusulas para uma negociação como a de Pasadena? De quem é a responsabilidade pela documentação a ser encaminhada ao Conselho de Administração sobre matérias para deliberação deste colegiado, como no caso da aquisição da Refinaria de Pasadena?

Em resposta ao jornal *O Estado de São Paulo*, de 19 de março de 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República afirmou que – abro aspas:

"A aquisição pela Petrobras de 50% das ações da Refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 3 de fevereiro de 2006, com base em Resumo Executivo elaborado pelo diretor da Área Internacional. Posteriormente, soube-se que tal resumo era técnica e juridicamente falho, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e [...] [opção de compra] que integravam o contrato e que, se conhecidas, seguramente não seriam aprovadas pelo Conselho" – fecho aspas.

Qual a opinião de V. S^a sobre essa afirmação? V. S^a acredita que, se o sumário executivo contivesse as cláusulas Marlim e opção de saída, a compra de Pasadena seria rejeitada?

Em 20 de abril de 2014, o jornal de São Paulo perguntou ao ex-Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli se ele – abro aspas: "[...] se considera responsável pelo relatório entregue ao Conselho de Administração da Petrobras, antes da compra da Refinaria de Pasadena?" – fecho aspas.

Na resposta, o Sr. José Sérgio Gabrielli disse – abro aspas: "Eu sou responsável. Eu era o presidente da empresa. Não posso fugir da minha responsabilidade, do mesmo jeito que a presidenta Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que era presidente do conselho. Nós somos responsáveis pelas nossas decisões. Mas é legítimo que ela tenha dúvidas." – fecho aspas.

Fizemos essa pergunta ao Sr. José Sérgio Gabrielli e ao ex-Diretor internacional, Nestor Cerveró. Queremos repetir a pergunta a V. S^a: V. S^a considera a Presidenta Dilma Rousseff responsável pela compra da Refinaria de Pasadena? Afinal, quem é o responsável pela compra de Pasadena?

Sr. Presidente, esse é o bloco de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Então, nós estamos na 21. Correto, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Vinte e um.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – É 22 agora. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – É, a 21 foi respondida. É a 22.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Isso, obrigada.

A reunião do Conselho de Administração, essa que aprovou a aquisição de 50%. E a pergunta é se essas cláusulas faziam parte do sumário, se "constou do sumário executivo o conteúdo das cláusulas contratuais de Marlim e Put Option, com a sua descrição?"

Essas cláusulas não constaram do resumo executivo que foi encaminhado ao Conselho de Administração.

É me perguntado se essas cláusulas são importantes para uma negociação como a de Pasadena.

Sim, essas cláusulas são importantes para uma negociação, para uma aquisição do tipo de Pasadena. Cláusula de Put Option com Put Price são cláusulas comuns em negociações como essa, mas elas precisam ser apresentadas, a equação do Put Price, que é o preço de saída, precisa ser apresentada.

Marlim, uma cláusula muito importante para esse negócio, é uma cláusula específica para Pasadena.

"De quem é a responsabilidade pela documentação a ser encaminhada ao Conselho de Administração sobre matéria para deliberação?"

Quando nós encaminhamos esse resumo executivo... Eu fui diretora, durante cinco anos, da Petrobras, quase cinco anos, e tem lá em cima, quando eu trabalhava no Gás e Energia... Era encaminhado, está lá: Diretora de Gás e Energia, Maria das Graças Silva Foster. Diretor da área internacional.

Agora, como se chega a esse resumo, que é uma prática desde 1998, talvez, mas 1996/7, esse resumo conciso, encaminhado ao Conselho? Não começa na mesa do diretor a elaboração de um resumo, a elaboração do resumo começa na mesa dos gerentes que estão tratando o assunto. Então, se tem uma reunião de diretoria, esse documento começa a ser concebido 10 dias antes, 15 dias antes, um mês antes, depende do assunto, e ele vem caminhando até que chega à mão do diretor, que é o responsável pelo documento.

Então, esse documento é levado ao Conselho de Administração. Quem leva, pega o papel e o leva? Um secretário, o secretário da CGEP. Ele não tem a responsabilidade de dizer qual é o documento, ele não é o diretor da área, quem diz que documento vai seguir para onde é o diretor, é o gerente executivo que trabalha com ele, é seu gerente que define esse documento a ser entregue.

Então não é a CGEP a responsável... Ela é responsável por encaminhar, mas por preparar e dizer o quê, é um conjunto, um conjunto de técnicos que elaboram junto com o diretor.



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Em resposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19 de março, a Secretaria de Comunicação Social, o senhor leu a pergunta, "qual a opinião de V. S^a sobre essa afirmação?", aquela que trata das cláusulas de Put Option e de Marlim?

A minha posição é que elas certamente, se apresentadas, demandariam uma boa discussão. Certamente demandariam discussão. Em especial, se os riscos associados estivessem explicitados e se tivesse sido colocado que, se alguma coisa desse errado naquela parceria, nós teríamos que comparar 100% da refinaria. Esse é o ponto. Então, uma boa discussão, com certeza, nós teríamos tido. Essa é a minha avaliação.

Houve, certamente... Eu não estava na reunião da diretoria, mas certamente que foi feita uma apresentação, foi discutido, foi perguntado, foi conversado, mas, se apresentadas, eu acredito que uma boa discussão teríamos.

"V. S^a acredita que, se o sumário executivo contivesse as cláusulas Marlim e Put Option, a compra dessa refinaria pudesse não ter acontecido?"

Eu acho que é possível que sim. É possível que sim. Como eu coloquei, eu não participei das negociações e não estava presente nessa reunião da diretoria porque diretora eu não era.

Mas é possível que talvez não tivéssemos feito a aquisição. É possível. Em especial, no meu entendimento – mas isso é a minha percepção e a minha leitura de dezenas, centenas, não sei quantas páginas eu tenho lido sobre Pasadena –, é importante que tivesse sido dito que, nessa refinaria, se alguma coisa desse errado, tínhamos que comprar a outra parte, os 50%.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vinte e seis.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Vinte e seis. O jornal *O Estado de S. Paulo*, que o Presidente Gabrielli e o Nestor, aqui não tem Nestor... não, também tem. " Fizemos essa pergunta ao José Sérgio Gabrielli e ao ex-Diretor Internacional, Nestor." Querem saber de mim sobre se eu acredito, se considero a Presidenta Dilma Rousseff responsável pela compra da Refinaria de Pasadena.

Não. A refinaria, a responsabilidade da compra da Refinaria de Pasadena é da Diretoria da Petrobras, que fez uma apresentação ao Conselho de Administração. Nos dois casos, tanto na Diretoria da Petrobras quanto no Conselho de Administração, todos nos manifestamos 100% favoráveis à aquisição, tanto a Diretoria da Petrobras quanto o Conselho de Administração. Então, é uma responsabilidade do colegiado.

Há a pergunta se... E eu gostaria de dizer, de lembrar de um eslaide que foi colocado sobre os analistas de mercado. Naquele momento, no outro dia, os analistas deram parecer bastante favorável à aquisição, com o que eles dispunham de conhecimento, com o que o conselho dispunha de conhecimento, com o que a diretoria levou, nós fizemos um bom negócio àquela época. Assim entenderam diretoria, conselho e os analistas também.

Quem é, afinal, o responsável pela compra de Pasadena? Todos nós. Primeiramente, a Diretoria da Petrobras, que aprova e recomenda ao Conselho de Administração... (*Falha na gravação.*)

... o Conselho aprovou, por unanimidade, a decisão é nossa.
Administração... Aqui, não. Paramos.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – A próxima agora.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Agora é o próximo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o Senador José Pimentel, Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Administração e ampliação da Refinaria de Pasadena; divergências com a Astra.

Em 1º de setembro de 2006, foi assinado o contrato de compra de Pasadena. Após a assinatura, como ficou a administração de Pasadena, quem passou a presidir a Refinaria de Pasadena, a PRSI? Quem passou a presidir a comercializadora, a *trading*? Qual era o faturamento de Pasadena? Nos primeiros meses de operação, o retorno operacional de Pasadena foi positivo? E o retorno financeiro? É correto dizer que Pasadena só daria certo se tivesse sido feita a *revamp* para processar 200 mil barris por dia? Quanto a Petrobras deveria investir para viabilizar a ampliação? Quem realizaria os desembolsos? Qual a opinião da Astra sobre a *revamp*? Além da *revamp*, existiam outras divergências entre a Petrobras e Astra? Quais?

É esse, Sr. Presidente, o bloco para a senhora depoente.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Muito obrigada, senhor.

Quanto à administração e ampliação da Refinaria de Pasadena, ficou acordado no acordo de acionistas que seria presidida tanto a Refinaria, a PRST, e a PRSI, seriam presididas por pessoas indicadas pela própria Astra. Eu não tenho os nomes dessas pessoas comigo e posso informar aos senhores por escrito.

"Qual era o faturamento de Pasadena?" Eu entendo que é importante falar do faturamento porque se tem uma ideia bastante boa do volume que é movimentado, e a gente considera o início, para nós, a partir da aquisição, que é setembro até dezembro. Então, é um ano que começa para nós, de setembro a dezembro. O faturamento adequado, mas o importante é olhar o resultado líquido, porque há empresas com grande, grande, grande faturamento, tem um bom resultado líquido, demonstra o movimento das vendas, e Pasadena tinha também, o número não é preciso, mas, nesses quatro meses, algo em torno de US\$1 bilhão de movimento.

Esse é também um número que eu gostaria de ter a oportunidade de confirmar.

Nos primeiros meses, logo depois da aquisição, como tenho trabalhado muito em cima de lucro líquido, esses quatro meses trouxeram um resultado negativo, prejuízo de US\$18 milhões, e, no ano seguinte, primeiro ano após, nós tivemos um primeiro semestre com resultados bons – no primeiro semestre depois da aquisição – e um segundo semestre ruim. Então, o mercado também tem muito isso. E o resultado final do ano foi, ligeiramente, negativo. O refino tem muito disso, a comercialização de derivados também, com momentos melhores e momentos piores. Mas eu vou ficar devendo aqui a resposta em cima do faturamento, porque eu trabalho mais com o resultado líquido que me parece mais correto.

Bom, nos primeiros meses... "É correto dizer que Pasadena só daria certo se tivesse feito a *revamp*?"

De 200 mil, não. Quando nós fizemos a avaliação do negócio Pasadena, ele precisava fazer *revamp*. O negócio... Para a gente avaliar Pasadena, precisamos



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

avaliar por completo: a aquisição, excelente localização, uma área bastante grande, licenciada, uma *trading* com muita experiência, mas precisava do *revamp* de 100 mil barris, não de 200 mil barris. Duzentos mil dava um resultado muito melhor ou melhor, significativamente melhor. Mas 100 mil barris já seria um resultado bastante positivo. Então, é correto dizer que sim, que a gente precisava, para ter completado esse projeto. Então, para a gente ter o retorno do capital que nós investimos, era importante que Pasadena tivesse sido completada, que nós tivéssemos feito os 100 mil barris de *revamp*.

Quem pagaria?

A empresa: 50% PAI (Petrobras América) e 50% Astra. É dali que viriam os recursos para fazer esse investimento.

"Qual a opinião da Astra sobre a *revamp*?"

Pela leitura que eu tenho, porque eu não tive... Como eu disse, eu não estava na reunião de diretoria que fez a primeira compra, mas a Astra era favorável. Por isso, uma pergunta que os senhores fizeram sobre se ela estava especulando: não. Havia, de fato, um negócio estruturado, bastante bem estruturado, conceitualmente falando. Era importante... Ela não... Não há demonstrações de que ela estivesse blefando, especulando de forma nenhuma.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Agora é o próximo bloco.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Eu não tenho o 32 ainda? A 32 e a 33. Agora eu marquei aqui. É que estou lendo aqui. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Pode, claro.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Qual a opinião da Astra sobre a *revamp*?

Acho que eu já respondi.

E, além da *revamp*, existiam... Esta é importante: se havia outras divergências.

Havia divergências, e isso é marcante, de como a Astra encara as questões de segurança, meio ambiente e saúde e de como a Petrobras encara as questões de segurança, meio ambiente e saúde. Do que eu tive a oportunidade de ler, de analisar, de discutir com minhas equipes que trabalham me apoiando nessa discussão de Pasadena, era um ponto muito claro.

Nós trabalhamos na Petrobras de forma preventiva. Então, a gente não espera quebrar para corrigir. A gente tem um plano de SMS, um plano de segurança, meio ambiente e saúde. E isso era muito difícil para a Astra. Eles não queriam, não davam a mesma importância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o Senador José Pimentel, Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Reunião do Conselho de Administração, de abril de 2008, que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes.

Com autorização de quem, conselho, diretoria, a Petrobras fez uma oferta pela compra dos 50% restantes por US\$788 milhões em dezembro de 2007, a chamada



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

carta de intenções? Essa oferta continha cláusula que determinava pagamento de multa caso o negócio não fosse fechado logo?

Quando ocorreu a reunião do Conselho de Administração que não autorizou a compra dos 50% restantes, a documentação – resumo executivo – para o Conselho de Administração referente à aquisição dos 50% remanescentes fazia referência à cláusula de opção de saída? A cláusula de opção de saída valia também para a Petrobras? O grupo belga Astra tinha o direito líquido e certo de vender sua participação à Petrobras? Quanto a Petrobras pagou à Astra no período da sociedade a título de manutenção da rentabilidade mínima de 6,9% prevista no contrato da chamada cláusula Marlim?

Esse é o bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Reunião do Conselho de Administração que fez a rejeição da proposta. "Com a autorização de quem o Conselho, a Diretoria, a Petrobras fez uma proposta?" Essa negociação foi feita pelo diretor da área internacional junto à Astra e, no nosso entendimento – quando analisamos corporativamente –, o diretor estava correto, essa não era uma carta de intenções vinculante. Então, nós temos diversas aquisições na Petrobras, na sua história, desinvestimentos. Quando se trata de oferta vinculante, proposta vinculante, nem a diretoria da Petrobras pode autorizar, tem que ir para o Conselho de Administração.

Então, o Diretor Nestor entendia – e é correto isso –, ainda que a Astra tenha dito o contrário, que essa carta seria vinculante, mas ele entendia que não era vinculante, tanto que os árbitros depois nunca reconheceram a vinculação, a obrigação dessa cláusula. Também não tinha multa; não tinha vínculo, não tinha obrigação e também não tinha multa.

"Quando ocorreu a reunião do Conselho de Administração que não autorizou a compra?"

Ela ocorreu no primeiro trimestre, no primeiro mês de maio, provavelmente, não tenho essa data exata aqui, mas foi em maio, bem no início de maio. Foram duas vezes, março depois maio, ou abril e depois maio, o Conselho não autorizou a aquisição dos 50% restantes.

Novamente, a questão do resumo executivo e se o conselho, se nós quando apresentamos a proposta, a diretoria apresentou a proposta, se no resumo executivo havia a inclusão da cláusula de Put Option. Não havia, porque não faria sentido, já que nós estaríamos comprando os 50% restantes. Então, nós já tínhamos comprado 50% e deveríamos comprar os outros 50%. Então, era uma aquisição baseada numa negociação feita dentro do âmbito da área internacional.

Essa pergunta também é importante: se era líquido e certo que Pasadena, que a Astra poderia chegar e falar para a Petrobras: "Não quero mais, agora você compra a minha parte." Não era assim, a cláusula de Put Option valia só para Pasadena, mas uma cláusula que precisava ser exercida mediante uma contrariedade que a Petrobras fizesse junto à Astra. Contrariedade que eu digo é comercial, como investimento de um Capex, uma prioridade. E foi o que aconteceu. Quando a Petrobras colocou: "Vamos investir com o rigor que é necessário em SMS, Astra, você precisa vir



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

para a mesa, você precisa negociar, você tem que comparecer às reuniões" e nós começamos a judicializar, nós judicializamos essa questão, nós efetivamente criamos um ponto divisor de águas, e a Astra veio e exerceu o seu direito na cláusula de Put Price. E não é uma... A Petrobras tinha poderes sobre a Astra, e a Astra tinha uma cláusula de Put Price. Marlim não chegou a ser exercida, mas a cláusula de Put Price, sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a arbitragem internacional e judicialização. Como se deu o início da arbitragem internacional envolvendo a compra de Pasadena? Quem provocou a arbitragem? Qual foi o principal motivo do litígio? Quem defendeu a Petrobras na arbitragem? Foi contratada uma banca de advogados específica?

Quando foi emitido o laudo final da arbitragem? Por que o laudo arbitral não encerrou o litígio entre Petrobras e a Astra sobre Pasadena? Havia outras disputas judiciais entre a Petrobras e a Astra?

É esse o bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Sr. Relator, Sr. Presidente, como se deu o início da arbitragem? Na linha do que eu coloquei. A Astra se afastou da gestão da companhia e aí deu-se o início da arbitragem. Era uma refinaria que precisava realmente de investimentos planejados e de forma disciplinada no tempo. Não poderia ser em golfadas: há um problema, resolve; há outro, resolve. Não é assim que se trabalha uma refinaria. Tanto não é que a Astra está aí premiada com honra ao mérito – premiada pelos refinadores. E realmente independente de ser uma refinaria menor ou maior, nos Estados Unidos ou não, saudamos a todos os empregados da Astra pela conquista do prêmio. Isso vem de disciplina em investir.

Quem provocou a arbitragem? A Petrobras. A Petrobras provocou essa arbitragem. Não era possível continuar com um sócio que não comparecia, que não investia em segurança, meio ambiente e saúde. Isso não poderia ser.

Com relação a nossa defesa, foi o escritório da Thompson & Knight. Eu não tenho resposta aqui, mas entendo que eles tivessem, para o projeto Pasadena, uma banca de advogados nesse escritório da Thompson & Knight que cuidasse. Porque todo esse trabalho demanda estudos específicos. Existem especialistas que cuidam de assuntos na área de energia e certamente especialistas que cuidaram, estudaram profundamente o caso Pasadena.

Por que o laudo arbitral não encerrou o litígio entre Petrobras e Astra sobre Pasadena? Havia outras disputas judiciais entre a Petrobras e a Astra? Sim, a Astra entendia – principalmente esse ponto, senhores – que aquela carta de intenções era vinculante e que não aceitaria que nós resolvêssemos apenas em cima do valor colocado pelo laudo. Ela dizia: "Eu tenho uma carta assinada com vocês, e aquela carta é vinculante, e a diferença desse valor em torno de US\$300 milhões." Então, se nós tivéssemos encerrado todas as questões naquele momento, se nós não tivéssemos reivindicado junto a decisão dos árbitros, nós teríamos pago aqueles US\$620 milhões,



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

US\$680 milhões – gostaria que fosse confirmado esse número para mim –, mas ainda estariam correndo em paralelo outras questões junto à Astra. E aí nós entendemos que era importante continuarmos a nossa batalha. Foram US\$639 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, novamente, o Senador José Pimentel, Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre o acordo final, custos totais e a empresa hoje.

Em 13 de junho de 2012, o Conselho de Administração autorizou a celebração do acordo para encerrar as disputas judiciais com a Astra e pagar os 50% restantes. V. S^a poderia informar os valores abertos do acordo final, discriminados?

O Conselho de Administração da Petrobras não havia aprovado a compra dos 50% restantes de Pasadena nas condições negociadas com a Astra antes da disputa judicial. Com isso, quando foi celebrado o acordo para encerrar o litígio? O valor pago pelos 50% restantes ficou maior ou menor do que se fosse aprovado antes da disputa com base na carta de intenções? Ao final, quanto a Petrobras pagou pelos 100% de Pasadena?

Além do que a Petrobras pagou para adquirir Pasadena, foram feitos investimentos na refinaria após a aquisição dos primeiros 50%. Com que finalidade?

A Refinaria de Pasadena deu prejuízo registrado em balanço de quanto? Atualmente, a refinaria dá lucro? De quanto? Desde quando?

Considerando a conjuntura internacional do petróleo, V. S^a acredita que a Petrobras recuperará os valores despendidos em Pasadena?

É esse, Sr. Presidente, o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – O acordo final relativo às custas totais em Pasadena hoje. Na reunião do Conselho de 13 de junho de 2012, nós levamos aos conselheiros, e foi aprovado. Nós temos os valores. Eu até mostrei na minha apresentação, que vai estar à disposição de todos. Foram US\$295 milhões pela refinaria, US\$171 milhões pela *trading*, e mais US\$354 milhões em juros. Então, tudo isso totalizou – estou falando dos 50% restantes – US\$820 milhões.

A pergunta seguinte fala do valor pago pelos 50% restantes, se ele ficou maior ou menor do que se fosse aprovado antes da disputa, com base naquela carta de intenções, que era uma grande discussão, um grande pleito da Astra.

Objetivamente, o valor que nós pagamos ficou menor, e a explicação é bastante simples. Lembram os senhores que eram US\$788 milhões o valor da LOI, da carta de intenções. O valor do acordo era de US\$820 milhões, em 2012. Se nós descontarmos os juros e trazermos para a base de 2008, nós vamos ter uma diferença pequena para o montante, mas existe. E aí nós teríamos US\$715 milhões, ou seja, são os US\$820 milhões, menos em torno de US\$100 milhões de juros. Então, o valor ficou menor. E, além disso, de ter pago menos, nós saímos completamente da discussão extrajudicial com a Astra. Então, isso foi realmente muito importante. No total, US\$1,249 milhão, que é o somatório dos 50% iniciais e finais.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

"A Refinaria de Pasadena deu prejuízo registrado no balanço?" Sim, nós tivemos, ao longo desses anos, US\$530 milhões que foram baixados do resultado de Pasadena – US\$530 milhões.

Foi perguntado para mim se essa refinaria atualmente dá lucro. Sim, os três primeiros meses deste ano de 2014 foram muito bons, e é natural que seja assim, porque a refinaria precisava de investimento. E, como eu disse, o investimento é planejado e realizado; ele não pode vir por golfadas. Então, hoje, existe uma compreensão. Ao longo dos anos, vem se acumulando uma compreensão melhor de Pasadena. Os nossos operadores, o próprio *hardware* Pasadena, os investimentos feitos e o óleo leve, do *tight oil*, essa descoberta de óleo nos Estados Unidos, que é adequado a Pasadena. Então, o resultado tem sido positivo.

Eu acredito que isso continue. Acredito que, enquanto tivermos óleo leve naquela região, enquanto nós tivermos esse desconto em cima do óleo leve daquela região, nós vamos ter resultados positivos em Pasadena. Quanto tempo precisamos ter esses resultados para recuperar o investimento feito em Pasadena? Nós precisamos esperar um pouco mais, para avaliar um pouco melhor. Mas o resultado hoje é que temos uma refinaria que opera bem, premiada, e temos um óleo leve que está dando um bom resultado para a nossa companhia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, o Relator José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a descoberta do pré-sal, crise de 2008 e a estratégia de internacionalização.

Como as descobertas do pré-sal afetaram a estratégia de internacionalização da Petrobras? A compra da Refinaria de Pasadena foi afetada pelas descobertas do pré-sal? Como ficaram os investimentos em Pasadena depois das descobertas do pré-sal? Como a crise internacional de 2008 afetou a estratégia de internacionalização da Petrobras? A compra da Refinaria de Pasadena foi afetada pela crise internacional? Como ficaram os investimentos em Pasadena após a eclosão da crise internacional?

É esse, Sr. Presidente, o próximo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Bom, senhores, nós descobrimos o pré-sal pós-Pasadena. Então, fizemos a nossa aquisição de Pasadena antes da descoberta do pré-sal. Esse é um ponto importante. Então, não teve impacto. A estratégia de atuação da área internacional, evidente, sofreu, ou ela é decorrência... A nossa velocidade e os mercados, as áreas que a gente procura na área internacional, isso é influenciado, sim, bem influenciado por essa espetacular descoberta que nós tivemos no pré-sal brasileiro.

A área internacional continua importante, mais importante, hoje, do que foi dois ou três anos atrás. Hoje ela tem um foco, e o nosso foco não é o *downstream*, não é refino, não é comercialização, não é distribuição. O nosso foco é a área de exploração e produção. É importante acumular reservas também em outros países.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra o Relator, José Pimentel.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a comissão de apuração da Petrobras, quais órgãos de controle investigam a compra de Pasadena?

V. S^a já apresentou, na fase primeira, o TCU, a CGU, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal. A que conclusões chegaram?

A Petrobras criou uma comissão interna de apuração. Qual o seu objeto?

Qual a previsão para essa comissão terminar seus trabalhos?

A que conclusões a comissão de apuração interna já chegou?

O que pode ser antecipado pela Petrobras sobre isso?

Se Pasadena foi um negócio regular, por que todo esse interesse em investigar a compra?

É esse, Sr. Presidente, o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra, a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Bom, os órgãos de controle estão trabalhando – e nós trabalhamos para esses órgãos de controle, TCU, CGU e a Polícia Federal – e não emitiram conclusão sobre o assunto. Entendemos que não tenham concluído porque não emitiram nenhum posicionamento para a Petrobras.

Criamos, sim, uma comissão interna de apuração, importante, porque acontece uma aquisição feita em 2006, se nós, no ano de 2014... Muitos gerentes saem das suas áreas, diretores são substituídos. Eu saio de uma posição, passo a ser a Presidente da Petrobras, diretora da área internacional. Uma responsabilidade – ser Presidente da Petrobras – enorme, mas ser diretora da área internacional amplifica essa responsabilidade. Então, as pessoas, já ocupando outros cargos... Então nós entendemos, Sr. Relator e Sr. Presidente, que era importante que nós colecionássemos, integrássemos todas essas informações, todos esses questionamentos que algumas vezes saem na imprensa. E o nosso grande objetivo é este: são fatos e dados e poder responder, de forma segura, a esses órgãos de controle.

Esta é a grande questão: é olhar os processos, é olhar os dados, é registrar os números, é saber, efetivamente, aquilo que nós estamos falando, que nós estamos respondendo ao Senado, que nós estamos respondendo à imprensa, à sociedade brasileira. Esse é o objetivo que nós tivemos.

Eu tenho uma pergunta que acho que não respondi: "Se Pasadena foi um negócio regular, por que todo esse interesse em investigar a compra de Pasadena?" Talvez pela crise mundial, a crise nos Estados Unidos, um mercado que era comprador, de repente, várias refinarias fecham no ano de 2008. Nós tínhamos um sócio e perdemos o sócio, por diversas razões. Nós tivemos uma baixa no resultado, no teste de *impairment*, em torno de 500 milhões, a perda desse mercado, depois a volta desse óleo leve. Eu acredito que tenha decorrido esse interesse da imprensa, talvez, esse questionamento todo, por conta de premissas que não se sustentaram nesse período. Eu acredito que seja por conta da variação dessas premissas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o item 57 já foi respondido na exposição, por isso eu vou saltá-lo.

Pasadena e Paulo Roberto Costa, item 58.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Em entrevista ao jornal *O Globo*, de 26 de março de 2014, V. S^a disse que ficou surpresa ao descobrir que existia um comitê de proprietários de Pasadena e que a Petrobras era representada nesse grupo pelo ex-Diretor Paulo Roberto Costa.

Como V. S^a justifica desconhecer tal informação?

O comitê de proprietários funcionou?

Quais eram suas composições e atribuições?

Qual a participação de Paulo Roberto Costa nas negociações envolvendo a Refinaria de Pasadena?

É esse, Sr. Presidente, o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, a Dr^a Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Obrigada, Presidente.

Bom, em 2006, eu não era, quando houve a aquisição, eu não era diretora da área internacional, eu era diretora... Não era diretora da Petrobras. Então, eu não fazia parte da diretoria e, logo depois, em 24 de setembro de 2007, eu passei a ser diretora de gás e energia, e esse assunto relativo ao comitê não era um assunto reportado à diretoria.

Então, eu acabei de chegar, era um assunto não reportado, eu realmente não teria como saber, uma vez que esse comitê ficou ativo, teve uma única reunião, já no ano de 2008, no âmbito da área internacional.

E essa foi, realmente, a surpresa que tive, mas é absolutamente razoável a existência desse comitê, e faz parte do acordo de acionistas. E, quando você tem 50% e 50% e ainda tantas discussões de um ativo recentemente adquirido, é correto e é bastante razoável que esse comitê existisse. Além do que, havia um ponto que tornava ainda mais distante a atuação do comitê da Petrobras, das diretorias da Petrobras, o que facilitaria, naquela época em que eu era diretora de gás e energia, conhecer a existência desse comitê: quem indicou esse diretor, o ex-Diretor Paulo Roberto Costa, foi a PAI, a Petrobras América; porque, se tivesse sido uma indicação nossa, de diretores, do diretor da área internacional, teria passado na reunião de diretoria, e eu saberia a tempo da existência do comitê. Mas é corretíssimo, é importante que houvesse, e esse comitê funcionou uma única vez.

"Qual foi" – aqui há essa pergunta – "a participação do ex-Diretor Paulo Roberto Costa nas negociações envolvendo a Refinaria de Pasadena?"

Eu entendo, por tudo que temos de registro, que as negociações se deram, principalmente, pela área internacional. Essa é a atribuição da área, uma aquisição no exterior em refino se dá puxada, alavancada, dirigida pelo diretor da área internacional, o Diretor Nestor.

O abastecimento da Petrobras, este sim, os técnicos, os gerentes do abastecimento, onde o diretor era o Diretor Paulo Roberto, esses grupos participaram em diversas análises técnicas.

Então, esse é o registro que nós temos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, sobre a demissão de Nestor Cerveró.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O Sr. Nestor Cerveró foi demitido da diretoria internacional da Petrobras em 2008 e assumiu a vice-presidência financeira da BR Distribuidora em março deste ano. O Sr. Nestor Cerveró foi demitido da BR Distribuidora.

O que motivou essas demissões?

A Comissão de Apuração da Petrobras poderá concluir que o Sr. Nestor Cerveró é o responsável pela compra da Refinaria de Pasadena?

Se essa for a conclusão, quais serão as consequências concretas dessa conclusão?

É isso, Sr. Presidente, o próximo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, a Sr^a Presidenta.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Com relação ao nosso diretor, ao ex-Diretor Nestor Cerveró, quando ele saiu da diretoria da área internacional para a BR Distribuidora, eu não fazia parte... Eu não participava das reuniões do Conselho de Administração. Então houve uma substituição do Nestor. Ele saiu de diretor da área internacional para ser o diretor financeiro da BR Distribuidora. Eu não estava na reunião do Conselho e não participava do Conselho como participo hoje, como Presidente. E assim deixou o Nestor a Petrobras e seguiu para a BR Distribuidora.

Na saída do Diretor Nestor da BR Distribuidora, eu estava presente na reunião do Conselho de Administração. E, como foi relatado pelo nosso Presidente do Conselho, Ministro Guido Mantega... ele colocou numa reunião, ou numa audiência recente dele, que a saída do Nestor se deveu ao desgaste deste assunto Pasadena e que passava também pela atuação do Diretor. Então, este foi o entendimento do Conselho: que o desgaste era bastante grande e que por isso o Diretor devia deixar a posição de diretor financeiro da BR Distribuidora.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a refinaria de Okinawa, em que contexto a Petrobras decidiu adquirir a refinaria de Okinawa, no Japão? O contrato de aquisição de Okinawa apresentou as cláusulas de Malim e opção de compra?

Em 2007, a Petrobras adquiriu 87,5% da operação de Okinawa por US\$48 milhões. Há notícias de que, em abril de 2010, a sócia Sumitomo, que tinha preservado a sua participação de 12,5% no negócio, exerceu a cláusula opção de saída para vender a participação. Quanto a Petrobras pagou por esses 12,5% restantes? Quando essa transação foi concluída? Qual foi o investimento efetivamente realizado pela Petrobras na planta de Okinawa até o momento? Há planos de novos investimentos? Existia comitê de proprietários em Okinawa? Quem compunha esse comitê? Quais foram as deliberações desse comitê?

A Petrobras pagou US\$48 milhões por 87,5% de uma refinaria que possui a mesma capacidade de processamento de Pasadena, de 100 mil barris por dia. A compra de 50% da refinaria texana, no entanto, custou US\$190 milhões se descontado o valor de US\$170 milhões pagos por estoques na primeira etapa de aquisição. As aquisições ocorreram com apenas um ano de diferença, entre 2006, Pasadena, e 2007, Okinawa.

O que justifica uma diferença de preços tão grande entre dois empreendimentos que possuem a mesma capacidade de processamento?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

São essas, Sr. Presidente, as perguntas deste bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, a Presidente Graça Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria pedir um minuto para fazer um ajuste na minha fala, porque devem ser os nossos empregados da Petrobras que estão me assistindo aqui. Eles me passaram aqui... Imagino que seja, não é? Nós somos orgulhosos de tudo o que temos. Então está assim: "Presidente, corrigir: o prêmio foi para Pasadena, e não para Astra."

Então está corrigido. Eu devo ter cometido um lapso verbal. O prêmio que recebemos recentemente na área ambiental foi para Pasadena, certo? Uma empresa 100% Petrobras. E eu preciso parabenizar – e parabenizei – os empregados de Pasadena. Eles estão me assistindo e pedem que eu faça esse ajuste na minha fala. Os parabéns, evidentemente, a diretoria da Petrobras os parabeniza.

Com relação às aquisições outras, Sr. Relator, a refinaria de Okinawa veio junto com a Refinaria de Pasadena, seguindo exatamente a mesma proposta, o mesmo princípio: crescer em refino no exterior. Também uma refinaria de 100 mil barris num mercado bastante diferente do mercado americano.

Nós fizemos uma aquisição inicial, 87,5%. Depois fechamos em 12,5%.

No caso de Okinawa, não havia a cláusula Marlim. Ela é específica do projeto Pasadena. E a cláusula de Put Option existia, sim.

Essa cláusula estava lá e estava também claramente colocada no resumo.

Nós fizemos um pagamento de US\$185 milhões. Nós fizemos investimentos, desde que fizemos a aquisição, no caso de Pasadena, de US\$650 milhões e, no caso de Okinawa, em torno de US\$185 milhões.

Não existe; não havia comitê de proprietários para essa refinaria. São refinarias diferentes, apesar de nominalmente terem a mesma capacidade: cem mil barris, cem mil barris. A Pasadena trabalha com cem mil barris. Okinawa, não. Ela produz derivados intermediários de menor valor de mercado, para um mercado menor também. E, para produzi-los, para trabalhar em carga máxima, nós teríamos que exportar e perderíamos valor. Então, por razões econômicas, nós não trabalhamos com carga máxima de Okinawa. Trabalhamos com carga máxima de Pasadena.

São dois mercados diferentes, completamente diferentes. Pasadena está dentro de um dos mais atrativos *hubs* nos Estados Unidos. Okinawa não, ela vem atender especificamente a um determinado mercado.

Até então, nós não tivemos baixa contábil em Okinawa. Temos operado e investido dentro dos nossos critérios fundamentais e essenciais de segurança, meio ambiente e saúde.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos agora, Sr. Presidente, para o eixo dois da SBM Offshore.

Das perguntas 69 até 74, na exposição de motivos, na parte primeira, a senhora depoente já respondeu a todas elas. Vamos começar da 75 em diante.

Por que a Petrobras usa FPSO afretado se, segundo publicado na imprensa, sai bem mais caro do que comprar?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Quais outros contratos a Petrobras celebrou com a SBM além do afretamento com FPSO?

A quem foram feitos os pagamentos relativos aos contratos feitos com a SBM e qual o valor pago até hoje?

Quando e como a Petrobras tomou conhecimento de denúncias de que a empresa holandesa SBM estava sobre investigação de autoridades da Holanda, Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, desde 2012, por supostos pagamentos de subornos a empresas, inclusive estatais, em vários países, entre eles, o Brasil?

A Petrobras apurou diligentemente tais denúncias?

Quanto tempo duraram os trabalhos da comissão interna da Petrobras?

Houve depoimento da SBM a essa comissão? Se sim, de quem?

Houve depoimento do Sr. Julio Faerman a essa comissão?

Durante o processo de apuração conduzido pela comissão interna da Petrobras, os contratos foram investigados?

Qual foi a conclusão dessa comissão interna de apuração com relação à denúncia de que funcionários da Petrobras teriam recebido propina da SBM?

Houve alguma constatação nessa apuração que confirme o pagamento de US\$139 milhões a intermediários e/ou funcionários da Petrobras?

A Petrobras foi notificada pelo Ministério Público da Holanda e pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos?

A Petrobras está respondendo a alguma ação no exterior ou no Brasil por conta dessas denúncias?

O representante da SBM Offshore no Brasil, Sr. Philippe Jacques Levy, afirmou, em depoimento ao Ministério Público Federal, no dia 3 de abril de 2014, que integrantes da Petrobras sabiam das suspeitas de pagamento de suborno a funcionários da estatal desde 2012. A senhora confirma essa informação?

Quem é Julio Faerman e quais as relações dele com a Petrobras? O Sr. Julio Faerman já trabalhou na Petrobras? A Petrobras ainda mantém contatos com o Sr. Julio Faerman? A Petrobras fez pagamentos diretos ao Sr. Julio Faerman?

Os contratos celebrados com a SBM foram aprovados pelo Conselho de Administração da Petrobras?

É verdade que empregados da Petrobras viajaram a Mônaco, para participar do Grande Prêmio de Fórmula 1, e à África do Sul, para participar da Copa do Mundo de futebol, patrocinados pela SBM?

A Petrobras suspendeu a SBM Offshore da lista de convidados para as próximas licitações?

São essas, Sr. Presidente, do bloco, a partir da 75.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr^a Presidenta.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Por que a Petrobras usa afretamento, usa FPSOs afretados, se eles são mais caros?

Não é isso. Nós usamos mais afretamentos. Eu mostrei. O mundo tem 96 FPSOs para lâmina d'água maior do que trezentos metros. E é bem equilibrado no mundo: são 43 afretados; 53 próprios.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Então, existe um equilíbrio entre o afretamento e os FPSOs próprios. E, especialmente no caso da Petrobras, que nós temos descobertas fabulosas no mar, *offshore*. Nós temos uma demanda crescente desses FPSOs.

Para nós podermos investir, pagar, desembolsar, mexer no caixa da Petrobras, apenas no momento do primeiro óleo, é uma vantagem excepcional.

Eu mostrei, na minha apresentação, a curva de produção, um número muito expressivo de unidades de produção. Nós fizemos nove unidades no ano de 2013. No ano de 2018, temos mais oito entrando; cinco num ano; seis, sete, no outro. Então, nós precisamos fazer uma estruturação financeira que nos permita continuar investindo, inclusive em outras áreas: na área de refino, na área de gás e energia.

Então, não é mais caro. E é muito discutido junto aos afretadores a importância de nós termos esse equilíbrio entre o número de unidades próprias e unidades afretadas.

"Quais os outros contratos que a Petrobras celebrou com a SBM?"

Bom, eu disse, desde o início, quando a gente começou a trabalhar com a SBM, em 1996, no FPSO2, que, de lá para cá, nós temos contratos que totalizam, em tudo que SBM fez para nós, US\$27,67 bilhões de contratos com a SBM Offshore. São volumes expressivos; contratos de 20 anos, se não me engano. E esse trabalho com eles tem sido um trabalho de muita discussão.

Em geral, a partir de 2003, nós tivemos sempre processos que são processos competitivos, seguindo o 2745, quando é 100% Petrobras. Nós tivemos uma contratação com SBM, a P-57, que foi uma contratação diferenciada: nós tivemos o projeto, a construção e a operação por três anos da SBM. Então, é uma relação de longa data.

E a quem pagamos? A quem fazemos esses pagamentos relativos aos contratos feitos com a SBM?

Os pagamentos foram feitos a empresas do grupo SBM no exterior. Tem 11 empresas no exterior e no Brasil. No Brasil, pagamentos relativos à operação. Eles são os operadores dessas unidades. E, no exterior, o pagamento relativo às tarifas. Nós fazemos pagamentos à SBM, cumprindo determinada *performance*, e esses pagamentos são efetuados. Então, são pagamentos de duas naturezas.

"Quando e como a Petrobras tomou conhecimento das denúncias do que a empresa holandesa SBM estaria fazendo no exterior em relação a países em que a SBM opera?"

Nós tomamos conhecimento em fevereiro deste ano, de 2014, pela imprensa, pelo jornal *O Valor*. Imediatamente, tivemos uma reunião – eu, o Formigli e outras pessoas da Petrobras. O Formigli é o nosso Diretor da área de exploração e produção. E o Diretor Formigli, imediatamente, instaurou, abriu uma comissão interna de apuração de alto nível dentro da nossa companhia, que passa pela nossa segurança empresarial, pela auditoria da companhia; que passa pela área de exploração e produção, efetivamente – todos são gerentes executivos –, pelo jurídico da nossa empresa.

Então, foi imediato. Soubemos na imprensa e imediatamente nós fizemos a abertura de um processo na companhia.

"A Petrobras apurou diligentemente tais denúncias?"

É como eu disse:



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

"A Petrobras apurou diligentemente tais denúncias?" Como eu disse, imediatamente nós abrimos uma comissão interna. E se nós ouvimos depoimentos da SBM na Comissão. Nós ouvimos, sim, e nós convidamos porque a atuação de Petrobras numa comissão interna de apuração é restrita, é limitada a controles internos e ao acesso às informações facultadas por lei. Então, nós fazemos o convite e solicitamos que as pessoas venham colaborar conosco. E assim foi convidado o Sr. Julio Faerman, que atendeu o nosso pedido.

Os nossos trabalhos duraram 44 dias. Nós temos uma atividade limitada, como eu disse, à área corporativa da nossa companhia. Buscamos os acessos que são facultados pela lei. Nós temos limites de controles, nós estamos limitados aos controles internos da nossa companhia.

Houve alguma constatação, nessa apuração, que confirme o pagamento de US\$139 milhões a funcionários da Petrobras? Não. Na nossa atuação, nós apuramos os contratos, aditivos, se estavam corretos, se atendiam a todos os princípios corporativos da companhia, e foi demonstrado que sim, que esses contratos estavam corretos e conforme as nossas regras, o nosso regimento corporativo da companhia.

Uma pergunta: se a Petrobras foi notificada pelo Ministério Público da Holanda. Não, nós não fomos notificados por nenhum dos órgãos, nem da Holanda, nem dos Estados Unidos.

Venho à pergunta 83: "A Petrobras está respondendo alguma ação no exterior ou no Brasil por conta dessas denúncias?" Não. A Petrobras não estão respondendo ações no exterior e no Brasil, ou no exterior, ou no Brasil, por conta dessas denúncias.

O representante da SBM Offshore do Brasil, Sr. Philippe Jacques Levy, afirmou, em depoimento ao Ministério Público Federal, no dia 3 de abril de 2014, que integrantes da Petrobras sabiam das suspeitas de pagamento de suborno a funcionários da estatal desde 2012. A senhora confirma essa informação? Não. Eu não confirmo essa informação.

"Quem é Julio Faerman e quais as relações dele com a Petrobras?" O Sr. Julio Faerman representou a SBM no Brasil, de 1996 até o início, os primeiros meses ou semanas do ano de 2012. Deste então, haja vista a demanda crescente da Petrobras por ativos dessa natureza, FPSO, o interesse da Petrobras nos afretamentos, a SBM Offshore abriu uma empresa no Brasil e não tem representantes no Brasil. O Sr. Julio Faerman foi um funcionário da Petrobras de 1964 até 1970, se não me engano, e a Petrobras nunca fez pagamentos a Julio Faerman no período em que ele representava a empresa. Nossos pagamentos sempre foram feitos diretamente a SBM Offshore.

Se os contratos celebrados com a SBM foram aprovados pelo Conselho de Administração. Os contratos da Petrobras de quaisquer natureza não passam pelo Conselho de Administração. Passam aquisições. Passam negociações vinculantes com empresas de compra e de venda de ativos, por exemplo. Então, nós temos aprovado o planejamento estratégico, o plano de negócios e gestão, nós temos aprovado o orçamento do ano, e nós não levamos ao Conselho de Administração contratos de qualquer natureza.

Aqui há outra pergunta. A pergunta de nº 88: " A Petrobras..." Não, primeiro há a 87, em que se pergunta empregados da Petrobras viajaram a Mônaco para



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

participar da Fórmula 1 e, depois, à África do Sul para participar da Copa do Mundo de Futebol. A apuração que nós fizemos internamente na companhia não revelou tais fatos.

E: "A Petrobras suspendeu a SBM Offshore da lista de convidados para as próximas solicitações?" Sim, até que todas as investigações feitas no Brasil pelos órgãos de controle estejam resolvidas e concluídas e que nós sejamos notificados. Então, enquanto a Petrobras não tiver absoluta clareza, não tiver o posicionamento desses órgãos de controle, a SBM não será chamada pela Petrobras para participar das nossas licitações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Senador José Pimentel inicia os questionamentos no Eixo 3 – Segurança nas Plataformas: "Denúncias de que as plataformas estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança do equipamento e dos trabalhadores".

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Procedem as denúncias de que as plataformas da Petrobras estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança das instalações e dos trabalhadores? Quais são os principais sistemas que devem estar operacionais para a saída da plataforma do estaleiro? Que órgãos reguladores homologam a saída do estaleiro? Que documentos são emitidos por esses órgãos? A P-62 saiu incompleta do estaleiro? Qual a razão do acidente do *flare* da P-62 ocorrido em 15 de março de 2013? A queda do *flare* da P-62 afetou a integridade ou a estrutura da plataforma, podendo representar hoje ameaça à segurança dos trabalhadores? Como se explicam as denúncias na mídia sobre a plataforma ter saído com sistema de amarração incompleto e sem o sistema elétrico pronto? Qual a razão do incêndio do gerador temporário da P-62 em 10 de janeiro de 2014? Se o sistema de geração de energia definitivo da P-62 já estava comissionado, qual a razão de ter embarcado um gerador temporário? O gerador temporário era apropriado para embarcações? O gerador temporário estava devidamente instalado? A P-62 saiu do estaleiro no dia 31 de dezembro de 2013, de forma apressada, para gerar superávit na balança comercial do Brasil no ano de 2013? Se a P-62 cumpriu todos os requisitos mínimos de segurança, quais foram as razões que levaram à interdição da plataforma pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em 14 de março de 2014? O Ministério do Trabalho emitiu autos de infração contra a Petrobras por conta dessa plataforma?

Quais foram as principais razões do acidente na Plataforma P-36 em 2001? Houve vítimas fatais nesse acidente? Quais os custos do acidente da P-36 para a Petrobras? Houve pagamento de indenização às famílias? Quanto foi pago? Quais foram as principais medidas de segurança implementadas pela Petrobras após o acidente da P-36?

Quais foram as principais razões do acidente da Plataforma PUB-3 em 2011?

Quais foram as principais razões do acidente na Plataforma PCM-9 em 2013?

Quais foram as principais razões do acidente na plataforma P-20 em 2003?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Quais foram as principais razões do acidente na sonda SS-53 em 2014?

Os programas de redução de custos da Petrobras estão comprometendo os investimentos em segurança das instalações? Há insuficiência de efetivo a bordo das plataformas para compor e treinar as brigadas e as equipes de resposta a emergências? Como se dá a participação dos sindicatos nas comissões de investigações de acidentes? Quanto a Petrobras tem investido em segurança, integridade e recuperação da eficiência operacional?

São essas, Sr. Presidente, as perguntas desse bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, a Presidente Graça Foster.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Sr. Presidente, Sr. Relator, algumas dessas perguntas eu respondi na minha apresentação, mas eu posso passar por todas elas, se os senhores assim o desejarem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A senhora seleciona as perguntas, agora afirmando, no seu respectivo item, as que já respondeu.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Perfeitamente, Senador.

"Procedem as denúncias de que as plataformas da Petrobras estariam sendo lançadas ao mar faltando uma série de componentes primordiais à segurança?" Procedem as denúncias? Não. Não procedem as denúncias. As plataformas da Petrobras saem dos estaleiros após conclusão de todas as atividades necessárias à sua partida e tendo as devidas certificações e licenças.

Então, como eu disse, a Petrobras não decide sair; a Petrobras afirma que está pronta para sair, e ela é auditada por diversos órgãos, como nós temos aqui: nós temos a classificadora, nós temos a Marinha, a Anvisa, a Receita Federal, a Polícia Federal, o Ministério do Trabalho. Então, todas essas auditorias precisam levar a que a Petrobras tenha esse certificado, para que ela possa fazer o que nós chamamos de *sail away*, que é sair do estaleiro e ir em direção à locação.

Então, quais são os principais sistemas que devem estar operacionais? Desses eu fiz a relação, eu falei sobre eles na nossa apresentação: a salvação, o suporte à vida, a detecção e combate a incêndio, o lastro e deslastro, a ancoragem... Tudo isso foi explicado nessa apresentação que tive a oportunidade de fazer aos senhores.

Pergunta 92: "A P-62 saiu incompleta do estaleiro?" A P-62 não saiu incompleta do estaleiro Atlântico Sul. Ela não poderia sair incompleta do estaleiro, porque ela não teria as certificações emitidas por esses vários órgãos eu que aqui coloquei – a Anvisa, a Marinha, a Receita Federal, o Ministério do Trabalho e Emprego –, porque eles não nos dariam essas certificações, e nós não sairíamos do estaleiro.

A 93: "Qual a razão do acidente do *flare* da P-62, ocorrido em 15/12/2012? A queda do Flare da P-62 afetou a integridade ou a estrutura da plataforma, podendo representar hoje ameaça à segurança dos trabalhadores?" Nós tivemos, na questão do *flare* da P-62, uma falha na integridade dos cabos de aço. Então, esse cabo de aço teve um rompimento, e nós perdemos o *flare*. Tivemos alguns danos. A plataforma estava no estaleiro, um ano antes da saída dela – isso foi em dezembro de



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

2012, e nós saímos no último dia do ano de 2013 –, e esse *flare* virou sucata. Encomendamos um outro *flare*, recuperamos os danos. Foram danos superficiais, que não ameaçam, certamente, a integridade dos nossos trabalhadores.

"Como se explicam as denúncias na mídia sobre a plataforma ter saído com o sistema de amarração incompleto e sem o sistema elétrico pronto?" Vamos dividir. É muito importante essa pergunta para a Petrobras, para que a gente possa responder.

O sistema elétrico saiu do estaleiro completo e comissionado. Então, perfeito o sistema: 100% concluído, 100% comissionado. Como eu disse na apresentação, é comum que se tenha um gerador substituto, um gerador de menor capacidade, para que a gente não coloque toda a demanda de geração, que naquele momento é pequena, em cima de máquinas com potencial bastante alto.

Com relação ao sistema de amarração incompleto, sim, a Petrobras saiu do estaleiro com o sistema de amarração incompleto. E nós optamos, segundo colocação do Diretor Figueiredo, do diretor de Engenharia, segundo afirmativa do Gerente Executivo Marco Túlio, responsável por essa decisão. Nós saímos para a locação, porque os sistemas de amarras, os sistemas de amarração são feitos na locação. Então, você chega na locação e faz o sistema. Ele tem que estar pronto na hora em que você está em cima da locação, para que você amarre, efetivamente – usando palavras simples –, para que a gente amarre a plataforma.

Havia, no estaleiro Atlântico Sul, riscos em fazer as movimentações da unidade. Tivemos que virar o navio, fazer movimentos com o navio. A lança, o cabo que teríamos que fazer, dos guindastes, apresentaram algum risco, e o nosso Diretor de Engenharia entendeu que o importante era que saíssemos e fizéssemos essa amarração no mar.

Bom, qual foi a razão do incêndio? O que houve foi um princípio de incêndio na P-62. Esse sistema de geração de energia temporário sempre operou na P-62, assim como operou na P-55, na P-58, na P-61 – inclusive a certificadora esteve a bordo durante dias e dias e dias e viu esse sistema funcionando. Então, ao longo do nosso caminho até a locação, que levou em torno de 21 dias, houve um vazamento de óleo lubrificante, que encontrou chapas quentes da máquina e deu *flare*. Esse princípio de incêndio foi controlado – com 30 minutos as chamas estavam controladas. Não houve dano à plataforma e não houve dano, felizmente, a nenhum dos nossos trabalhadores que estavam no local. E foi exatamente o que aconteceu. Foram 30 minutos, e a brigada atuou imediatamente.

A P-62 saiu do estaleiro em 31 de dezembro de 2013 de forma a... A P-62 cumpriu todos os requisitos mínimos... Eu me perdi aqui. Com licença. Agora, 95.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. Fora do microfone.) – A 96 é se a Petrobras cumpriu todos os requisitos mínimos de segurança. Essa é a 96. V. S^a estava na 94.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Eu queria responder a 95, que eu pulei aqui: "A P-62 saiu do estaleiro em 31 de dezembro de 2013 de forma apressada [é uma pergunta muito importante] para gerar superávit na balança comercial do Brasil no ano de 2013?" Nós tivemos o reconhecimento da exportação ficta dessa plataforma pela Receita Federal no dia 16 de dezembro. Então, já havia gerado



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

superávit aí, e nós ficamos no estaleiro ainda mais 14 dias para concluir os trabalhos que precisavam ser concluídos.

Pergunta 96: "A P-62 cumpriu todos os requisitos mínimos de segurança? Quais foram as razões que levaram à interdição da plataforma pelo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em 14 de março de 2014?" Nós tivemos, de fato, uma série de exigências da Superintendência... Uma série, não; nós tivemos uma exigência bastante objetiva e correta, no meu entendimento, com relação à assinatura do nosso responsável, do profissional habilitado que nós chamamos para assinar os relatórios dos testes hidrostáticos do vaso de pressão. Os técnicos da plataforma fizeram esses testes, confirmaram a integridade estrutural, confirmaram que não havia qualquer problema com relação à perda de pressão desses vasos – eu estou aqui procurando palavras para não carregar muito na parte técnica –, mas faltou, segundo a Secretaria Regional do Trabalho – eu concordo e acho que é razoável, correto, corretíssimo – a assinatura do profissional habilitado. O profissional habilitado assinou toda a documentação, e nós obtivemos a autorização para continuar os trabalhos naquelas condições corretas.

"O Ministério do Trabalho emitiu autos de infração contra a Petrobras por conta dessa plataforma?" Sim. No dia 8 de maio, recebemos cinco autos de infração relacionados a sistema de alarme e à sinalização de equipamentos de segurança. A Petrobras protocolou defesa na SRTE no dia 19 de maio e está fazendo todas as verificações e todos os ajustes necessários para atender, com toda a precisão, à Secretaria Regional do Trabalho e Emprego.

"Quais foram as principais razões do acidente da P-36?" A P-36 é um incidente que magoa profundamente a Petrobras. É impossível esquecer. Nenhum acidente deve ser esquecido, certamente, por menor que seja. São lições que se aprendem. Há o sofrimento das perdas de vida, principalmente – 11 fatalidades, 11 empregados morreram. E esse fato marca muito a nossa Companhia. Nós passamos maus bocados naquele momento, mas não basta isso; é preciso aprender. Diversas melhorias na engenharia, nos procedimentos foram feitas.

A gente não pode se esquecer desse acidente. Ele é inesquecível. É inesquecível o afundamento de uma plataforma do porte da P-36, 180 mil barris por dia... E nós tivemos a ruptura do tanque de drenagem de emergência. Perdemos vidas; onze fatalidades, todos integrantes da brigada de incêndio.

É ruim falar, mas há essa pergunta sobre as perdas materiais. Perdemos pessoas, mas tivemos perdas materiais. Se nós considerarmos a perda da plataforma, com toda a parte submarina, tudo o que já tínhamos feito na parte *subsea*, toda a parte de *risers*, tudo, mais a plataforma, descontando o seguro, mais as questões tributárias, os custos tributários, e depois a receita – porque nós tivemos um ano de perda de óleo –, somando tudo isso, dão mais de US\$2,2 bilhões. Então, esse é o custo da P-36. Ela é realmente uma referência. Nós pagamos as famílias, demos toda a assistência. A indenização das famílias é algo em torno de US\$4 milhões. Nada igual à perda das onze vidas, mas é uma perda material muito expressiva para a nossa companhia e também uma questão de imagem. Sofremos bastante com tudo o que tivemos que explicar – e tem que explicar mesmo – aí pelo mundo afora.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Foi o tanque de drenagem?

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – É, o tanque de drenagem, ruptura do tanque de drenagem de emergência. Você tem vários tanques na plataforma. Hoje de manhã estava conversando com a Solange, que está aqui, a nossa Gerente Executiva da área de exploração e produção. Muitas vezes você tem que drenar tanques e, enquanto você está fazendo a limpeza ou recuperação de outros tanques na parte superior da unidade, naquele momento, nós tínhamos tubulações passando por dentro desses tanques, e houve vazamentos. O tanque foi pressurizado na sua parte interior – não é isso, Solange? Nós tivemos a perda da brigada. A brigada de incêndio estava lá dentro. Então, isso é algo muito, muito marcante para a Petrobras. A P-36 sempre foi um símbolo para nós. A gente tinha muito orgulho da P-36. Ainda tem. Mas aconteceu.

Pergunta noventa...

E houve outros acidentes, felizmente de escala menor. Eu falei um pouco sobre eles. Na PUB-3, em 2011, também, na movimentação de profissionais. Três profissionais passando de uma unidade flutuante para outra... Tivemos perda nas engrenagens, e perdemos o controle da lança dos guindastes. Um desses colegas nossos foi arremessado ao casario e tivemos a perda de uma vida.

"Quais foram as principais razões do acidente da P-20?" Na P-20, nós tivemos um incêndio bem no início deste ano; no final do ano passado, nós tivemos fogo perto do sistema de produtos químicos. Foi um grande risco que corremos, de fato. A nossa brigada de incêndio, a experiência do Geplat na plataforma foi brilhante, um acionamento muito rápido de todo o sistema de combate a incêndios da área. Rapidamente, nós controlamos, debelamos o fogo. Tivemos perdas relevantes. Foram três meses com produção parada. Voltamos à produção no início de março, não é Solange? Abril, início de abril. Aprendemos de novo e estamos trabalhando forte.

"Quais foram as principais razões do acidente na sonda?" É uma sonda de perfuração da Noble. Em 2014, essa sonda de perfuração teve falha em válvulas no sistema, e acabou inundando alguns compartimentos da sonda de perfuração. Não é uma sonda da Petrobras, é uma sonda contratada pela Petrobras. Houve um declínio em torno de 3,5° e, na dúvida, tem que se deixar a plataforma. De fato, houve uma ordem dos próprios operadores da sonda de perfuração, para que houvesse o abandono, controlado, da sonda, e um mês depois voltou-se às atividades.

"Os programas de redução de custo estão comprometendo o investimento em segurança das instalações?" Não, e eu mostrei aos senhores, Presidente, Relator, os indicadores da Petrobras. O ano de 2013 foi um ano em que historicamente nós tivemos os melhores resultados em SMS da companhia, menor número de fatalidades, maior exposição ao risco com menor dano – superficial que fosse – aos nossos empregados, com menor vazamento. Isso vem do muito recurso que a gente coloca em segurança, meio ambiente e saúde.

Os planos de redução de custos da Petrobras existem, mas não passam pela área de SMS em hipótese nenhuma. Nós temos o Proef, que é o Programa de Aumento da Eficiência Operacional, que foi uma das primeiras ações que nós fizemos, eu, Formigli, Solange, que é a coordenadora do programa. E ele veio por conta principalmente de uma demanda dos sindicalistas. Eles queriam mais segurança,



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

queriam melhor *performance*, nós também. E investimos no Proef mais de US\$2 bilhões em vinte meses. Um resultado bastante interessante.

Nós temos as unidades móveis, unidades de manutenção. Nós tínhamos duas unidades dessas de manutenção; hoje, nós temos sete e estamos esperando mais duas. São verdadeiras oficinas *offshore*, que se posicionam para fazer toda a parte de manutenção das plataformas. Então são mais recursos que nós estamos botando a favor dos nossos trabalhadores.

"Há insuficiência de efetivo a bordo das plataformas para compor e treinar brigadas?" Não há e não poderia haver. E isso não é uma prerrogativa da Petrobras ter mais ou menos; é uma obrigação que nós temos junto à Marinha.

"Como se dá a participação dos sindicatos nas comissões de investigação da Petrobras?" Eles participam das comissões, eles sentam. Em todos os acidentes, os sindicatos têm os seus representantes, participam, participam da elaboração do relatório e nos cobram. E são excepcionais fiscais da Direção da companhia em todas as implementações de melhorias que são importantes que sejam feitas.

"Quanto a Petrobras tem investido em segurança, integridade e recuperação da eficiência operacional?" Em torno de US\$2 bilhões, que é exatamente o Proef, dos meses de maio de 2012 a fevereiro de 2014.

Eu entendo, senhores, que cobri...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Este bloco está atendido. Vamos ao último bloco, Eixo 4, sobre superfaturamento na construção de refinarias. Aspas – "Indícios [esse é o fato determinante] de superfaturamento na construção de refinarias" – fecha aspas.

Com a palavra, a partir da pergunta número 106, o Sr. Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, diversas perguntas que eu tinha a fazer neste bloco já foram respondidas pela senhora depoente, tanto na fase primeira, como ao longo deste debate. Portanto, eu vou saltar algumas que eu entendo que já foram respondidas.

Das que não foram respondidas, a 111 seria a primeira deste bloco.

Foi noticiado pela imprensa, Valor Econômico, em 15 de maio de 2014, e pelo o Estado de São Paulo, em 18 de maio de 2014, que as obras foram iniciadas sem aprovação do estudo de viabilidade técnica e econômica. Isso é verdade?

Pergunta 122: todas as fases de construção da RNEST têm estudo de viabilidade técnica e econômica?

Pergunta 113: por que a Petrobras optou por fazer a refinaria Abreu e Lima em sociedade com a PDVSA? Qual é o papel desempenhado pela PDVSA na refinaria? A estatal venezuelana tem respeitado o contrato?

Pergunta 114: havia diferença de qualidade entre os petróleos brasileiro e venezuelano a serem processados na refinaria Abreu e Lima? Houve aumento do custo do projeto em função do processamento do petróleo venezuelano na refinaria Abreu e Lima?

Pergunta 115: por que a PDVSA desistiu de operar na sociedade da refinaria Abreu e Lima? Por que não aconteceu a parceria?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Pergunta 120: que fatores impactaram a alteração entre as projeções iniciais e o custo final da refinaria Abreu e Lima? O câmbio? Aquecimento do mercado fornecedor de bens e serviços?

Vou fazer esse bloco, Sr. Presidente. Depois fazemos o último bloco com a anuência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr^a Presidente, com a palavra.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Começamos pela 111.

"Foi noticiado pela imprensa que as obras foram iniciadas sem aprovação do estudo de viabilidade técnica e econômica. Isso é verdade?" Não é verdade. Nós fizemos os estudos de viabilidade técnica e econômica em todos os processos. A Fase 1, em que fizemos toda a análise, em que você tem as primeiras identificações das oportunidades; depois veio o projeto conceitual, o projeto básico, e a fase de implementação, que é essa fase adiantada que nós já estamos.

Aqui se pergunta se em todas as fases de constituição da RNEST há estudo de viabilidade técnica e econômica. A resposta é sim; temos estudos de viabilidade técnica e econômica em todas as fases,

Pergunta 113: "Por que a Petrobras optou por fazer a refinaria Abreu e Lima em sociedade com a PDVSA? Qual é o papel desempenhado pela PDVSA na refinaria?" Uma relação estratégica com a PDVSA, com outras empresas da América do Sul é extremamente importante para a Petrobras. Começa que a Venezuela tem uma das maiores reservas mundiais de petróleo e gás, começa que a Petrobras tem expressivas reservas de petróleo, começa que somos vizinhos, começa que temos relação também com Bolívia, também com Argentina. Então, é de todo estratégico e, de fato, muito conveniente à Petrobras que fortalecêssemos a nossa presença na Venezuela, e que a Venezuela fortalecesse a presença deles aqui no Brasil. Então, havia, sim, o interesse em fazer a refinaria em que a PDVSA tivesse uma participação de 40% nesse nosso ativo aqui.

Nosso petróleo pesado, petróleo venezuelano, o petróleo Marlim, os dois petróleos juntos têm sinergia, certamente que tem, e trariam ganhos para a Petrobras. Com a Petrobras sócia de PDVSA, com 40%, poderíamos estar investindo 40% – hoje, investimos 40 mais 60 – em outras atividades da companhia como o pré-sal. Então, são investimentos relevantes, e sentimos, de fato, a falta da presença da PDVSA.

É perguntado para nós: "Houve um aumento do custo do projeto em função do processamento do petróleo venezuelano?" Sim. Se a PDVSA não fizesse parte do nosso projeto desde o início, certamente teríamos algumas reduções de custo. Lembrando que a refinaria era para processar o petróleo pesado da Petrobras, como também era para processar o petróleo pesado de PDVSA. Então, seria diferente; o arranjo, a concepção do refino teria algumas diferenças e teria alguma redução de custo também.

Passo agora para a 120. "Que fatores impactaram a alteração entre as projeções iniciais e o custo final da refinaria Abreu e Lima? Câmbio? Aquecimento do mercado fornecedor de bens e serviços?" Tivemos um pouco de cada coisa. Tivemos diferenças sobre o câmbio; o câmbio tem um papel importante: 95% do que pagamos aos nossos fornecedores são equipamentos muitas vezes importados, cotados em dólar,



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

e pagamos em reais. Então, quando se tem a depreciação do real, você acaba precisando de mais reais para cumprir os pagamentos. Tivemos o aquecimento do mercado também.

A IHS-Cera, que é uma referência para nós em termos de indicadores, mostra claramente que esse período de Pasadena, não de Pasadena, da RNEST, em que nós estávamos encomendando, estávamos iniciando toda a parte de construção e montagem foram momentos de grande aquecimento internacional, e aqui no Brasil não foi diferente. Então, realmente, nós fomos bastante impactados por esse aquecimento do mercado.

Mudança do escopo... Lembram-se da diferença dos arranjos, mais uma unidade de destilação? Então, tudo isso promove aumentos de custos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O último bloco, Sr. Presidente, é sobre aditivos, legislação de licitação e contrato.

Pergunta 122: as fiscalizações do TCU dão conta de que a Petrobras não estaria observando a Lei nº 8.666, de 1993, no que tange aos procedimentos de licitação e contrato. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

Pergunta 123: quantos contratos tem a RNEST?

Pergunta 124: desde o seu início, quantos aditivos já foram assinados relativamente a RNEST? Qual o valor total pago até hoje? Esta aqui V. S^a já havia respondido.

Quais os fatores determinantes para a assinatura dos aditivos? Todos os aditivos passaram por avaliação técnica e jurídica? Quem eram os responsáveis pela aprovação dos aditivos? Quais órgãos da RNEST e da Petrobras são ouvidos para a aprovação dos contratos e aditivos?

Pergunta 125: desde 2008, o TCU fiscaliza as obras da Refinaria Abreu e Lima. O Requerimento nº 302, de 2014, que criou esta CPI, afirma que o TCU concluiu que existe um superfaturamento de R\$69 milhões nas obras da refinaria. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

Pergunta 126: houve aplicação de recursos da Petrobras ou da União nas obras do entorno do complexo da Refinaria Abreu e Lima? A essa também, V. S^a já fez referência.

Em que consistem as obras realizadas em Suape com os recursos da Petrobras? Quanto a Petrobras repassou ao Governo de Pernambuco para as obras do Complexo Portuário de Suape? Em qual período?

Pergunta 128: as obras foram concluídas? Por que a obra do canal não está concluída? Qual o prazo estimado para a sua conclusão? A Petrobras repassou todos os recursos previstos? Qual o impacto da não conclusão das obras do canal na entrada em operação na Refinaria Abreu e Lima?

Pergunta 129: houve aplicação de recursos da Petrobras ou da União nas obras de infraestrutura logística para a Refinaria Abreu e Lima?

Pergunta 130: já foi praticada baixa contábil nos resultados da Petrobras por conta dos crescimento dos investimentos? Foi feito o teste de recuperabilidade dos aditivos?

A 131 V. S^a já respondeu.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Pergunta 132: matéria publicada pela jornal *Valor Econômico*, em 15 de maio de 2014, faz referência a 123 atas do Conselho de Administração da RNEST, entre março de 2008 e dezembro de 2013. Segundo o jornal, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, estava no comando das decisões. Qual a função do Sr. Paulo Roberto Costa na RNEST?

Pergunta 133: era ele que tomava as decisões relativas às refinarias?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra a Presidenta Graça.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – É a 122? Desculpe-me, Presidente.

As fiscalizações do TCU dão conta de que a Petrobras não estaria observando a Lei 8.666. A Petrobras segue o Decreto 2.745 e possui mecanismos internos de controle de cada um desses processos. Então, nós seguimos o Decreto 2.745, decreto importante que faz com que nós possamos atuar de forma célere junto a essa imensidão de investimentos que temos feito. E esse decreto veio logo após a Lei do Petróleo, em 1998.

Quantos contratos têm a RNEST? Esse é um número em que eu me atualizei para vir aqui; tem sido perguntado. Considerando desde o início da construção, desde o início de projetos, várias consultorias – porque não é só obra, não são só equipamentos, são muitos contratos que temos –, tivemos 318 contratos e hoje nós temos 43 contratos, porque nós estamos realmente muito próximos dos 87%, 88% de realização física.

Depois, há: "Desde o seu início, quantos aditivos já foram assinados relativamente à RNEST? Qual o valor? Quais os fatores determinantes para assinatura dos aditivos? Todos os aditivos passaram por avaliação técnica e jurídica? Quem eram os responsáveis pela aprovação dos aditivos? Quais órgãos da RNEST, da Petrobras – RNEST empresa –, são ouvidos para aprovação dos contratos?"

Bom, como eu disse, contratos tivemos 318; aditivos, até hoje, 343. Esses aditivos não necessariamente são aditivos de valor; existem aditivos de prazo que acabam impactando o valor que você passa de um ano para outro. Existem ajustes que têm que ser feitos, aditivos de escopo, de prazo, de custos, diversos aditivos. Mas são 343.

Quanto que nós já realizamos, já pagamos até a presente data, pelo menos até a última semana? Nós temos próximo a US\$2 bilhões de pagamentos feitos até abril, senhores. Aqui eu tenho esta informação: até abril nós temos em torno de US\$2 bilhões de pagamentos feitos.

Os fatores determinantes, inclusive desoneração tributária. Toda vez em que usufruímos de um benefício tributário, temos que aditar todos os contratos. Então, existem aditivos também por conta dessa desoneração tributária.

Aditivos. É tão complexa quando um contrato a aprovação. Você passa por toda... Existe uma organização, um procedimento da companhia. Os aditivos precisam ter avaliação de diversas áreas da nossa empresa: avaliação técnica, existe uma comissão de apuração; a jurídica; a tributária e a aprovação pela autoridade que detém o limite de competência para isso. Mesmo o aditivo de pequeno valor, aditivos menores



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

que 5 milhões, aditivos iguais ou menores que 30 milhões precisam ser avaliados; existe um procedimento para isso e são criadas comissões. Esses aditivos de contratos de valores, como eu disse, são negociados pelas comissões específicas, passam pelo jurídico da companhia e passam pelo desempenho empresarial. Então, são várias instâncias, várias instâncias. Eles levam meses para caracterizarem um pagamento, passam por vários filtros. Não é trivial, não é simples.

Uma outra pergunta: "Quem aprova esses aditivos?" A Petrobras, a depender do valor. Como eu disse, esses aditivos de menor valor são aprovados de menor pelo gerente-geral, pelo gerente executivo, pelo diretor, nunca por um diretor sozinho. O Diretor Cosenza, que aqui está, quando há um aditivo em seu nível de competência, assina o Diretor do Abastecimento e o Diretor da Engenharia. Sempre foi assim. Não tenho lembrança de época em que tenha sido diferente. Então, existe uma aprovação conjunta. A execução é de responsabilidade da empresa RNEST. Nós aprovamos e recomendamos; a execução é da empresa RNEST. A medição, a precisão, a adequação são trazidas pela empresa RNEST ao Diretor do Abastecimento, que recomenda a pauta. Dessa forma é que se procedido. O processo é exatamente esse.

Especificamente em relação ao TCU, os senhores me fizeram a pergunta sobre um superfaturamento de R\$69,6 milhões nas obras da refinaria relativos a terraplanagem. Esse é um assunto muito discutido já há alguns anos na companhia junto ao TCU. A nossa aproximação com o TCU tem sido muito grande. É uma aproximação que tem trazido valor para a Petrobras, melhorias nos nossos processos. O TCU nos ajuda, ajuda a Direção da companhia dentro dos processos que temos que seguir. A disciplina é fundamental. Uma empresa que investiu US\$45 bilhões no ano de 2013 precisa de disciplina, precisa de processos claros. Por mais rigorosos que sejam os processos, a confiança é fundamental. Na hora que se apresenta, que um diretor leva para a Diretoria da Petrobras uma pauta, seja do que for, a palavra, a equipe que o acompanha e o segmento claro e irrestrito dos processos são fundamentais. Então, temos rigor. E dessa forma o TCU tem-se mostrado um grande aliado da nossa empresa. Desses R\$69,6 bilhões existe ainda uma diferença de R\$19 bilhões. Ou seja, nós temos ajustado os nossos processos de forma bilateral.

"Em que consistem as obras realizadas em Suape com os recursos da Petrobras?" Como eu disse, é importante porque a nossa refinaria RNEST é muito mais que uma refinaria. Ela é uma refinaria complexa, que vai processar óleo pesado – já estamos começando a comissionar a refinaria, já começamos a acender a refinaria em alguns pontos; em novembro ela entra com o primeiro trem de refino. E ela não funcionaria se não fosse todo o investimento no entorno feito pela Petrobras: rodovias e o reforço, a expansão, a adequação do Porto de Suape à nossa refinaria. É um local perfeito para a RNEST, mas muito trabalho, muito dinheiro naquele entorno foi colocado. Eu comentei aqui em torno de R\$800 milhões.

Foi um trabalho também bastante ativo. A RNEST foi durante muito tempo presidida pelo ex-Diretor Paulo Roberto Costa. Ele era o presidente do Conselho, o Diretor do Abastecimento – agora o Cosenza, de dois anos para cá, cumpre o mesmo papel. O Marcelino era o Presidente da RNEST. A RNEST foi incorporada, e os processos agora se tornam mais simplificados. Com a saída da PDVSA, houve a incorporação da RNEST, mas há todo um ritual. Em relação ao Porto de Suape, também



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

existe um ritual na aprovação, na medição e no aporte de recursos. Nós já aportamos R\$783 milhões, e existem aí quase 50 milhões que a Petrobras vai aportar assim que as obras do canal forem completamente concluídas – elas ainda não foram concluídas. Hoje essa obra está parada. Existe nesse canal de acesso ao Porto de Suape mais pedra do que foi previsto pela empresa Suape, mas a Petrobras só pode aportar depois que essa atividade for concluída.

Se houve aplicação de recursos da União. Houve sim aplicação de recursos da União no Porto de Suape.

"Com relação à recuperação de ativos, já foi praticada a baixa contábil?" Eu também fiz uma breve menção durante a minha fala e até fiz uma analogia com Pasadena. Enquanto nós já tivermos baixas contábeis em Pasadena, na RNEST não temos baixas contábeis porque o auditor da Petrobras tem o entendimento que a Petrobras tem.

Nós funcionamos numa unidade geradora de caixa. A Petrobras tem 100% do refino no Brasil. Então, nós fazemos toda uma movimentação de carga, toda uma movimentação de derivados e uma otimização da infraestrutura logística em favor dos melhores resultados para a companhia. Trabalhamos em carga máxima com uma refinariam, menos em outra, movimentamos produtos de um lado para outro, quando temos paradas. Então, esse resultado é um resultado de um refino integrado. Então, não houve baixas contábeis, e a RNEST, ainda que com valor projetado de US\$18 bilhões, traz para a Petrobras resultado.

"Matéria publicada pelo jornal *Valor Econômico*, em 15 de maio, fez referência a 123 atas de reunião do Conselho de Administração. Segundo o jornal, o ex-Diretor Paulo Roberto estava no comando das decisões. Qual a função do Sr. Paulo Roberto na RNEST?" A função é: ele era Presidente da RNEST e ele tinha que estar comandando a RNEST; ele era o Presidente do Conselho e tinha que deliberar sobre a RNEST; e era Diretor do Abastecimento e tinha que trazer para a Petrobras as pautas que estavam dentro do poder de tomada de decisão.

Então, estava acima do limite de competência dos dois diretores – o Diretor de Engenharia e o Diretor Paulo Roberto –, e eles levavam para nós. Então, ele estava cumprindo o papel dele, a posição dele como Diretor-Presidente do Conselho – o Presidente da empresa era o Marcelino – e cumprindo o seu papel. Trazia para a diretoria da Petrobras, e nós avaliávamos à luz da pauta apresentada pelo Diretor Paulo. Esse é um ponto importante a se considerar. Então, a Diretoria pautava, e nós deliberávamos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu estou a sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Deputada Vanessa. Senadora! Foi Deputada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu vou começar a lhe chamar de governador. Fui, como foi o nosso Senador também. Aliás, por muito mais tempo que eu, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senadora Vanessa, essa é uma das poucas vantagens de ser mais velho.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É verdade. Mas eu digo o seguinte: eu fui vereadora, Senador Antonio Carlos.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Quando eu me elegi Deputada, só me chamavam de vereadora. Agora, me elegi Senadora, e só me chamam de Deputada. Então, vou precisar me eleger governadora para me chamarem de Senadora. Eu vou achar ótimo! Eu vou achar muito bom isso.

Mas quero cumprimentar a Dr^a Graça Foster. É a segunda vez já que estou com a senhora para debater o mesmo assunto. Antes de fazer alguns pouquíssimos questionamentos – porque o Relator não nos dá brecha, nenhum espaço, não deixa absolutamente nada; ele promove um verdadeiro massacre contra os depoentes aqui – ,lamento a ausência da oposição.

Quero dizer que nós estamos aqui por conta da oposição, que foi quem coletou as assinaturas, foi quem apresentou o requerimento, foi quem recorreu ao Supremo, aliás, para pedir que esta Comissão do Senado se instalasse. Não foi outra, não. Foi a CPI do Senado, foram eles que recorreram. Até que o Supremo decide que tem que instalar a CPI, a CPI é instalada, e eles fogem. Como disse o Senador Anibal, "FFF", são três F: fez fumaça, faz fumaça – porque não fez, faz, continua fazendo fumaça – e foge. Mas só querem fumaça. As respostas parece que não interessam, porque respostas aqui são dadas.

Eu tenho dito que eu acho que a diferença de estar ou não a oposição, em relação aos questionamentos e aos próprios requerimentos aprovados – porque agora não restou nenhum. A oposição ficou dizendo – a oposição, não, os conservadores – que iam apresentar o requerimento para convocar o Paulo Roberto, ex-Diretor; foi aprovado hoje, já. – talvez esteja na forma com que o Relator faz os questionamentos e a forma como a oposição faz os questionamentos. Eu digo isso porque eu também fui oposição, e eu sei que existem formas e formas de se fazer questionamentos. Mas, mesmo na oposição, quando o fomos no passado, eu considero que o mais importante é chegarmos a uma resposta. Eu creio que esta CPI aqui do Senado está trabalhando com toda a sinceridade.

A imprensa é prova, é testemunha disso, porque fica desde o início muito mais dedicada e disciplinadamente do que os próprios membros Parlamentares, Senadores e Senadoras da CPI; fica disciplinadamente ouvindo com toda a atenção. E é isto que nós queremos dar ao Brasil: as respostas aos questionamentos, porque não podemos deixar...

Eu digo que há alguns ditados que dizem o seguinte: um, que água mole em pedra dura tanto bate até que fura; e o outro, é que uma mentira repetida cem vezes acaba virando verdade. E parece que é isso que eles querem, que continue se alastrando Brasil afora que tudo foi superfaturado, que há muita propina. Vamos investigar! E, se encontrar quem tenha recebido qualquer valor ilegal, ilícito, esses têm que pagar. Paciência! Esses têm que pagar pelo seu ato. Isso não é só nós que assim queremos; acho que a própria Diretoria da Petrobras quer exatamente assim. A Petrobras não é propriedade da Sr^a Graça Foster, não é propriedade do Senador José Pimentel; é propriedade do povo brasileiro. Nós temos que zelar por esta que é a maior empresa do Brasil e que traz divisas ao povo brasileiro. Talvez seja esse o grande problema. É porque todo o progresso que o Brasil vem tendo e todas as modificações em relação à formatação das concessões de exploração, tudo isso contraria interesses privatistas, contraria interesses fortes de grandes empresas internacionais, mas não contraria os interesses do povo.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Olha a confusão do pré-sal. Para a gente aprovar, teve que ter coragem o ex-Presidente Lula de mandar para cá um projeto que muda o marco. A Petrobras é operadora exclusiva.

E hoje é que entendemos, Dr^a Graça. Para mim está muito claro que a decisão sobre Pasadena é algo temporal, como tem que ser analisado tudo, porque o que é bom para o Brasil hoje pode não ser bom para o Brasil amanhã. O que foi bom para a Petrobras ontem pode não ser mais bom para a Petrobras hoje. Então, está claro. Acho que Pasadena foi muito acertada. Se a gente for ver o custo, está dentro do mercado. É óbvio que não vamos apenas nos pautar pelo que se fala aqui, pelo que se diz. Nós temos que calçar muito as respostas aos questionamentos feitos pela CPI com documentos. Esse é o papel do Relator, esse é o nosso papel, para que não saia nenhum relatório leviano ou passível de ser questionado ali mais adiante. Daí a aprovação de tantos requerimentos.

Mas, ainda em relação àquela cláusula... Porque estou, Dr^a Graça, formando uma opinião em relação às cláusulas que foram omitidas, e V. S^a acabou de dizer que a de Put Option não constava e que deveria ter constado do sumário; nós ouvimos do então Diretor Internacional à época, Dr. Cerveró, que eram irrelevantes essas cláusulas; foi isso que ele nos respondeu, e a senhora disse que não, que eram importantíssima, e que, na de Okinawa, falou rapidamente que essa cláusula constava do sumário executivo que foi entregue à Diretoria.

Diante disso, que é um fato – a senhora disse que era imprescindível; outros dizem que não, principalmente quem coordenou a compra à época –, eu só lhe faria uma pergunta. Se fosse do conhecimento dos conselheiros essa cláusula, a decisão teria sido pela não compra de Pasadena? Mudaria a decisão? Esse é um questionamento.

A segunda questão... Aqui todos os questionamentos do nosso Relator estão recheados em 8.666, o que a senhora acha, por que não seguiu, e o Tribunal de Contas vai para cima, por que não cumpre? Ah, para sair alguma da Copa, teve que ter RDC. Agora, para os presídios, aprovou-se o RDC. Então, o que eu penso é o seguinte – eu não era parlamentar federal, mas participei de todas as manifestações públicas, todas, contrárias à quebra do monopólio do petróleo –: não foi este Governo que quebrou o monopólio do petróleo. Lutei muito também, como cidadã, contra a mudança do tratamento de empresas, empresas estrangeiras e empresas brasileiras, quando se mudou a Constituição e tudo ficou igual. Agora, feito isso, a Petrobras, sendo uma empresa – claro, de capital, porque quem diminuiu os ativos públicos não foi este Governo; este Governo, pelo que já ouvimos, também já ampliou os ativos públicos da empresa. O governo passado, não; quando fez venda, ampliou a participação privada –, cuja maior parte do ativo é público, como toda empresa privada – e creio que deve ser assim também, até porque tem que garantir o lucro de seus proprietários –, mesmo sendo pública, concorre igualmente com as demais, num mercado extraordinariamente duro, difícil. Por que não se mudou a lei ainda? Por que ainda a Petrobras tem que ter exatamente... Claro, há outras regras, outras leis mais antigas, mas que estão lá no Supremo, o que abre espaço para isso.

Então, a Petrobras poderia estar gastando os seus esforços, os seus neurônios, a sua inteligência com outras coisas, mas não. Responde ao TCU por coisas



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

que eu considero que já foram decididas lá atrás, quando todas as empresas foram tratadas iguais, quando se quebrou o monopólio do petróleo.

Eu queria ouvir sua opinião quanto a isso. Por que não uma saída legislativa, claro, dentro do critério, do cuidado, do trato com a coisa pública? Porque a Petrobras é a nossa empresa, é a empresa do pré-sal, e o pré-sal, por sua vez, será em breve a principal fonte da educação. E não há nenhum país que tenha escrito a sua história melhorando qualidade de vida da sua gente, se desenvolvendo, gerando tecnologia e inovação, que não tenha investido pesadamente em educação, e nós vamos investir pesadamente em educação.

Quero ouvir a sua opinião em relação a essa mudança da legislação.

É isso, Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Com a palavra a Presidenta Graça Foster.

A SR^a MARIA DAS GRAÇAS FOSTER – Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin, para mim é uma honra estar à sua frente.

Bom, com relação às cláusulas, a cláusula de Put Option é uma cláusula comum, mas é importante saber quanto custa sair. Toda cláusula de Put Option tem uma cláusula de Put Price. Qual é o preço de saída? Então, isso é importante. Essa informação poderia ter sido levada ao Conselho.

A cláusula de Marlim é importantíssima e agregou valor aos ativos da Astra. Então, essas duas cláusulas juntas, para quem está na sociedade, são um sinônimo de agregação de valor. Eu entendo que essas cláusulas deveriam ser discutidas, mostradas no Conselho.

O ex-Diretor Nestor, talvez por maior proximidade com essas próprias cláusulas, estar envolvido com o assunto da forma que, certamente, ele esteve positivamente envolvido, tenha feito outra avaliação. Mas tanto são importantes que elas precificaram a saída. Então, a Put Price, a equação do quanto custa sair, deveria, sim, ter sido discutida com o Conselho, no meu entendimento.

É importante saber que, se alguma coisa saísse errado, que o outro lado, a Astra, poderia e deveria e faria a precificação, ela exerceria o seu direito desta cláusula. E ela fez, e nós compramos os outros 50%. Então, essa é a discussão quando levamos ao Conselho, se tivéssemos ao Conselho: "Olha, se exercido o direito à Put Option, nós teremos que comprar os outros 50%."

O mercado estava, de fato, muito bom naquele momento, e quando saímos, a Astra exerceu a Put, o mercado estava em baixa e nós pagamos o preço da alta, para a saída. Então, esse é um ponto importante.

Eu não tenho como dizer se nós, o Conselho teria feito diferente. Eu não tenho como dizer. É porque eu não era conselheira. Em nem participei das discussões, eu não tenho a percepção legítima daquele momento, daquela discussão toda que foi feita.

Com relação ao TCU, nós temos uma agenda muito positiva com o TCU, sempre; a discussão é de longa época. Quando eu era Diretora, acompanhei o ex-Presidente Gabrielli aqui em Brasília algumas vezes, junto com os demais diretores. Depois que eu cheguei à Petrobras, como Presidente, eu tenho uma agenda – e não é



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

diferente também na época do Gabrielli – bastante próspera com o TCU, justamente para que tiremos essas diferenças.

Se nós vamos chegar a uma outra lei que atenda ao TCU e que não engesse a Petrobras, eu não sei, mas o fato é que é um mercado, como a Senadora colocou, é um mercado extremamente competitivo, extremamente competitivo. E a dimensão que é o Brasil, a dimensão que é o pré-sal... Porque o pré-sal ele é material. Nós tivemos picos de produção no pré-sal de 470 mil barris, estamos muito próximos dos 500 mil barris/dia no pré-sal. Então, há um interesse muito grande das empresas pelo Brasil, e nós não podemos ser tolhidos pela nossa menor velocidade, funcionando em uma outra lei que nos desacelera.

Então, tenho certeza de que o TCU entende isso perfeitamente, reconhece a importância de sermos ágeis, mas busca também um maior controle, o que é extremamente razoável. Então, eu estive com o Presidente anterior do TCU, o Benjamin Zymler. E eu tive uma agenda muito boa, aprendi muito com o TCU e continuamos nesse aprendizado na busca deste ponto comum: o Tribunal de Contas da União precisa ter a informação, e nós precisamos operar, precisamos trabalhar e manter a nossa velocidade a favor da nossa companhia, dos nossos acionistas e, certamente, da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Muito obrigado.

Informo que o Ministro José Jorge, do TCU, que havia sido convidado para ser ouvido na próxima reunião, encaminhou ofício no qual esclarece a impossibilidade de atender ao convite. A íntegra do ofício pode ser acessada no *site* da CPI, sob a rubrica de Documento nº 5.

Não havendo nada mais a se tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reuniões que ocorrerão nos dia 29, às 10h15, nesta mesma sala, quando ocorrerá a oitiva do ex-Diretor da Área Internacional da Petrobras, Jorge Zelada, conforme Requerimento nº 12/2014, aprovado, e no dia 3 de junho, às 10h15, também nesta mesma sala, quando serão ouvidos o Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, Gerente Executivo da Área Internacional da Petrobras, conforme Requerimento nº 13/2014, aprovado, e o Sr. Pedro de Lima Arruda, Diretor de Segurança Empresarial da Petrobras, nos termos do Requerimento nº 61/2014, aprovado.

Muito obrigado.

Tenham todos uma boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 59 minutos.)

Senador Vital do Rêgo
Presidente